



Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Teologia Moral em meio a Evoluções Históricas



Subsídios Doutrinais

2

Subsídios Doutriniais - 02

Coleção **Subsídios Doutrinais**

- 1 - Aparições e Revelações Particulares.
- 2 - A Teologia Moral em meio a Evoluções Históricas.
- 3 - Igreja Particular, Movimentos Eclesiais e Novas Comunidades.
- 4 - Anúncio Querigmático e Evangelização Fundamental.



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

A Teologia Moral em meio a Evoluções Históricas



C748a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / A Teologia Moral em meio a Evoluções Históricas. Brasília, Edições CNBB. 2009.

A Teologia Moral em meio a Evoluções Históricas. CNBB.

72 p. : 14 x 21 cm

ISBN: 978-85-60263-81-3

1. Teologia Moral
2. *Ethos*
3. Implantação de Manuais
4. Perenidade e evolução das normas morais.

CDU - 241 : 38

1ª Edição - 2009

COORDENAÇÃO: Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Pe. Valdeir dos Santos Goulart

PROJETO GRÁFICO E CAPA: Fábio Ney Koch dos Santos

DIAGRAMAÇÃO: Henrique Billygran da Silva Santos

REVISÃO: Mônica Guimarães Reis

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita do autor - CNBB.

Edições CNBB

www.edicoescnbb.com.br

E-mail: vendas@edicoescnbb.com.br

Fone: (61) 2103-8383 - Fax: (61) 3322-3130

SE/Sul Quadra 801 - Cj. B - CEP 70200-014

Brasília - DF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I	
O <i>ETHOS</i> ENTRE O SER E O VIR-A-SER	11
1. Ethos e sintonia com o “ <i>humanum</i> ”	11
1.1 O sentido da palavra	13
1.2 Desdobramentos do <i>ethos</i>	13
1.3 O porquê das crises éticas	14
2. Ethos cristão sintonia com o Cristo	16
2.1. Cristo é a revelação do “ <i>humanum</i> ”	17
2.2 Através de suas palavras e de sua prática	18
2.3 Luzes e sombras de um seguimento	20
3. Teologia Moral: a busca da identidade	21
3.1. Moral: parte da Teologia	22
3.2 Teologia e Sociologia Moral	23
3.3. Teologia Moral e condicionamentos históricos	24
CAPÍTULO II	
AS EVOLUÇÕES HISTÓRICAS DA TEOLOGIA MORAL	27
1. Evoluções no passado distante	28
1.1 Santos Padres: criatividade evangélica	28
1.2 A estabilidade pouco criativa dos séculos VI-XI	29
1.3 Escolástica: o fervilhar de uma nova era	30
1.4 Século XIV e XV: a força do nominalismo	32
1.5 Século XVI: a institucionalização da Moral	33
1.6 Séculos XVII e XVIII: o fascínio pelo novo	34
2. Evoluções recentes: a implantação dos Manuais	35
2.1 As redescobertas do século XIX	36
2.2 Primeiras tentativas de superação do casuísmo	37
2.3 “A Lei de Cristo”, primeira sistematização renovadora	38
3. O momento atual: três concepções diferentes	39
3.1 Forças e fraquezas dos Manuais neoescolásticos	39
a) O contexto das críticas e da crise	40
b) As fraquezas dos Manuais neoescolásticos	42
c) Valores que permanecem	44
3.2 Renovação: ganhos e limites	44
a) Linhas de força da “Moral Renovada”	45

b) Os limites da “Moral Renovada”	47
3.3 A procura da fidelidade	
em meio às estruturas de pecado	49
a) Uma realidade evangelicamente “pro-vocadora”	50
b) Uma questão de tônicas.....	51
c) Por onde passam as conquistas	52

CAPÍTULO III

PERENIDADE E EVOLUÇÃO DAS NORMAS MORAIS

1. Princípios morais e situações concretas	56
1.1 Uma preocupação antiga	56
1.2 Retomada mais recente.....	57
1.3 Ideal e realidade à luz da Palavra de Deus	59
2. Normas morais e ethos	61
2.1 As normas traduzem algo do ethos	61
2.2 Os vários tipos de normas	63
2.3 Por que as normas devem evoluir	65
3. Grandezas dos planos de Deus e limitações humanas	66
3.1 A precariedade do conhecimento humano	66
3.2 Um Deus que se vela e “re-vela”	69
3.3 Os limites da Teologia	70

APRESENTAÇÃO

A Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé em sua tarefa de promover a reflexão teológica para iluminar, adequadamente, questionamentos e desafios atuais publica subsídios doutrinários. A coleção “Subsídios Doutrinários da CNBB” atende, pois, a uma solicitação dos Bispos como ajuda ao seu magistério doutrinário, favorecimento da inteligência da fé e sua transmissão na ação evangelizadora e pastoral da Igreja.

Por isso, publicamos uma nova edição deste Subsídio Doutrinário n.º 2: “*A teologia moral em meio a evoluções históricas*” (1ª edição em 1992), mantendo o texto original.

Esta significativa contribuição para a inteligência da fé tem substancial importância no enfrentamento dos desafios pastorais enfrentados pela Igreja neste momento. Uma maior clarividência fecunda a audácia missionária dos discípulos de Jesus Cristo.

+ Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Presidente da Comissão Episcopal Pastoral
para a Doutrina da Fé

INTRODUÇÃO

Falar de *crise da Teologia Moral* já se tornou um lugar-comum: há pelo menos 40 anos essa é uma área cheia de interrogações não só teóricas, mas sobretudo práticas. Não são questões levantadas somente pelos críticos profissionais ou por camadas que gostariam de adaptar a Moral às suas vidas, mas são questões levantadas por cristãos profundamente preocupados em ser simultaneamente fiéis ao Evangelho e ao mesmo tempo, vista como Kairós manifestativo da vontade de Deus.

Entre os muitos questionamentos levantam-se alguns de fundo: *Mas afinal, o que permanece e o que muda na Teologia Moral? Em que sentido e por que mudaria a Teologia Moral?* As respostas teóricas e práticas vão de um extremo ao outro: desde o absolutismo até o absoluto relativismo. Daí o desnorreamento pastoral, com implicações em muitos setores.

Para uma abordagem adequada desse problema de fundo, convêm partir de uma análise do ponto de apoio de toda moralidade, que é o *ethos* nas suas várias expressões. É o ser humano na busca da sua identidade, exprimida entre o ser e o vir-a-ser.

Mas só isso não Basta. A ética não foi trabalhada apenas por filósofos, que precederam ao Cristo. Foi também desenvolvida por pensadores cristãos. E assim que a ética se abre para a Teologia. Daí a importância de analisar o “ser” e o “vir-a-ser” dentro da própria Teologia Moral. Até que ponto e por que essa evolui e está evoluindo? Em que ponto nos encontramos dessa evolução?

Por fim, a análise da evolução histórica nos leva a um questionamento sobre as próprias normas morais. Até que ponto são capazes de conjugar tempo e eternidade? Até que ponto são capazes de verbalizar a inesgotável riqueza dos planos de Deus?

CAPÍTULO I

O *ETHOS* ENTRE O SER E O VIR-A-SER

Do que vem afirmado acima emergem três pontos nevrálgicos referentes à Teologia Moral e sua evolução histórica: o primeiro diz respeito ao *ethos*; o segundo *Teologia Moral*; o terceiro às *Normas Morais*. Em cada um deles configura-se a mesma questão fundamental: Como articular o que permanece e o que evolui?

Por ser uma realidade subjacente a toda problemática moral, é a compreensão do *ethos* que cumpre evidenciar em primeiro lugar. Mas, quem se refere ao *ethos* está, implicitamente ao menos, referindo-se ao *humanum*. Contudo, para quem é cristão, o *humanum* assumiu forma concreta nas palavras e posicionamentos de *Jesus Cristo*. Daí se poder falar, com propriedade, de um *ethos cristão*. A *Teologia Moral*, por sua vez, se apresenta como um terceiro momento, enquanto tentativa de conjugar o *humanum* definitivamente marcado não por um Cristo parado no espaço e no tempo, mas por um Cristo que caminha com os seus. Ele não apenas *foi*, mas é e *será*. Ele é o tempo e a eternidade.

1. *Ethos* e sintonia com o “*humanum*”

1.1 O sentido da palavra

Existem dois modos de traduzir a palavra *ethos*: *ethos* com *eta* significa caráter; *ethos* com *épsilon* significa costume. Mas uma leitura mais acurada logo aponta para outro sentido subjacente na mentalidade grega: residência, moradia.¹

¹ Cf. VIDAL, M., *Moral de atitudes* (I), Ed. Santuário, 1974, 482-487; DUSSEL, E., *Para uma ética da libertação latino-americana*, vol. II, *Eticidade e Moralidade*, Loyola-Unimep, São Paulo e Piracicaba, 1977, 223.

Recolhendo estes significados etimológicos básicos se chega a perceber que o *ethos* aponta para um modo próprio de ser e de viver onde se “abriga” o humano. O *ethos* é como que o alicerce sobre o qual se estrutura e se sustenta o humano. Não é, porém, algo de imóvel; antes é como uma fonte borbulhante que sustenta o humano e a partir da qual os seres humanos buscam sempre de novo revigorar-se. É algo de tão profundo que radica além das normas morais, e até mesmo da própria diversidade das religiões. Não só toda moral e toda religião se constitui na expressão de um *ethos*, como até mesmo os ateus podem apresentar dimensões éticas surpreendentemente profundas.² O *ethos* não é só isso: *o ethos é como que a marca primeira que Deus deixa impressa nos seres humanos*, antes de qualquer outra marca cultural ou religiosa.

Disso tudo decorre a importância de tentar traduzi-lo com palavras similares, pois o *ethos* é inatingível em si mesmo.³ As primeiras tentativas sistemáticas nesse sentido remetem para os gregos, sempre tão ciosos em ver o que se encontra atrás das aparências. Quando eles pronunciavam essa palavra, *ethos*, estavam como que oferecendo a chave capaz de abrir as portas para a grande tesouro do “*humanum*”.

Originariamente não situavam, como hoje, o *ethos* em nível dos simples costumes de um povo. Não eram os costumes que julgavam o *ethos*, mas o *ethos* julgava os costumes. É muito

² Cf. HUBER, E., Ética no marxismo, *Ética na União Soviética*, *Brot.*, 126 (1988), 123-141; VELASCO, T., Ética en el humanismo ateo de Ernest Bloch, *RevCuly* 1986, 453-490; BOURDIEU, P., *Esquisse d'une théorie de la pratique*, Libr. Droz, Genebra 1972, 135, onde diz: “O habitus, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita, funciona como um sistema de esquemas geradores...” e também p. 77, onde afirma ainda que; o *ethos* precede às regulamentações positivas e exerce uma função “arqueológica” na própria produção da ética. Sobre a mesma questão cf. ainda QUELQUEJEU, B., *Ethos historiques e homes éthiques*, in A.A.V.V. *Initiation a In pratique de la théologie*, ETHIQUE, Cerf, Paris, 1983, 71 s; LECONTE, J-P., *Ethos culturel et différenciations sociales*, *ibid.*, 92s.

³ Cf. DEVIGILI, G., Hermenêutica do Ethos, *REB* 34 (1974), 8-9.

significativa uma frase colocada na boca de *Antígone*, figura central da “tragédia” grega. Repelindo a proibição emitida pelo rei *Creon*, de enterrar seu irmão, *Antígone* a recrimina com essas palavras, carregadas de uma ironia eticamente interpeladora: “Não pensei que tua proibição fosse suficientemente forte para permitir que um mortal transgrida as leis não escritas, inabaláveis, dos deuses. Essas não são datáveis, nem de hoje, nem de ontem, e ninguém sabe quando apareceram...”. Embora essa frase seja normalmente citada como argumento em favor da lei natural, estaticamente considerada, ela certamente remete também para a *dynamis*, a força do *ethos*.

Por isso, quando emitida, sempre com reverência, essa palavra traduzia muito mais do que um conceito. Acenava para algo de mais profundo e decisivo. Com efeito, o *ethos* evoca “ninho”, “casa”, “refúgio”, “identidade”, “consciência”, “a eterna e misteriosa morada do Ser”, lá onde os seres humanos podem encontrar-se em profundidade com “O SER” e, por isso, consigo mesmos.⁴

1.2 Desdobramentos do *ethos*

Só que os mesmos gregos, sendo um povo profundamente consciente de que a identidade humana pessoal se concretiza na *polis*, ou seja, no plano sociopolítico, não visualizavam em primeiro lugar a intimidade pessoal, mas aquilo que constitui o tecido de um povo. *Ethos* traduzia as *evidências primitivas e comuns, a experiência-sabedoria* de um povo, resultantes de uma prática histórica, pela qual desvendavam *valores* indispensáveis para sua sobrevivência como povo. Era como que uma espécie de fonte inesgotável dos valores e que um povo ia adquirindo num processo inacabado de aprendizagem.

⁴ ID, *ibid.*

O que dissemos acima não vale, evidentemente, só para os gregos, nem só para povos “civilizados”. Todo e qualquer povo vivem a experiência do *ethos*, preservando e adquirindo valores.

Certamente, na prática, torna-se difícil distinguir o que é inato, e o que é adquirido. Enquanto *gerador* de percepção, apreciação e ação,⁵ o *ethos* integra experiências do passado e do presente, dinamismo e *constância* ao mesmo tempo. Contudo, não se trata de uma constância física, mas exatamente de uma constância humana,⁶ o *ethos* pode ser melhor compreendido à medida, que ele vem associado com a “*virtude*”, ou seja, com o *vigor* de um povo ou de uma pessoa. “Virtude” vem de “*exceis*”, que sugere exatamente uma posse constante: Não é um acréscimo, um fato ocasional. É algo de constitutivo. Mas a “*virtude*”, justamente pela sua constância, aponta ao mesmo tempo para um “*ser*” e um “*vir-a-ser*”. Só é virtuoso quem conjuga as duas dimensões ao mesmo tempo.

1.3 O porquê das crises éticas

Outra não é a identidade profunda do *ethos*: ele não se concretiza no abstrato, mas justamente no plano histórico. E esse plano histórico aponta continuamente tanto para a pessoa, quanto para a sociedade, tanto para o que já foi, quanto para o que vai sendo, tanto para a tradição, quanto para a cultura. E à medida que se evoca a cultura, não se pode perder de vista que ela remete para vários componentes, entre os quais o religioso, o simbólico, o organizativo-social.⁷ O *ethos* vem sempre expresso por esses múltiplos componentes, que vão se fecundando mútua e dialeticamente.

⁵ Cf. BRUNERO, M. A., Ética e evangelização das culturas, in *Temas Latino-americanos de Ética*, coord. Márcio F. dos Anjos, Alfonsianum, Ed. Santuário, SP, 1988, 321-322; BOURDIEU, P., *op. cit.*, 178-179.

⁶ Cf. ALVAREZ L. J. S., *Filosofia a distância. Ética Latino-americana*, USTA, Bogotá, 1986, 30; DEVIGILI, G., *op. cit.*, 18.

⁷ Cf. VIDAL, M., *op. cit.*, 170-172.

O mais curioso, porém, é que as formulações éticas de um povo não se dão quando tudo está solidamente estabelecido. Elas se dão nos momentos tensos *de* crises, quando se chocam três tendências básicas: uma de conservação, outra de superação e outra de inovação mais profunda. O empenho pelas formulações éticas também não ocorre nos períodos de grande vigor ético. Os períodos de grande vigor ético dispensam formulações mais precisas, já que o *ethos* alimenta quase que diretamente a vida concreta, sem contestação. Ao contrário, nos períodos de decadência é que se impõe a necessidade do *nomos*, ou seja, a multiplicação de leis. A multiplicidade das leis não atesta o vigor de um povo ou de uma instituição. Pelo contrário, por mais paradoxal que isso possa parecer, a multiplicidade das leis testemunha a fraqueza das instituições e dos povos. É uma tentativa desesperada de acordar o senso ético debilitado.

As crises éticas remetem ainda para períodos de pluralismo cultural, quando várias culturas, por circunstâncias históricas, se veem confrontadas. Pois todo grupo cultural apresenta também seu padrão ético próprio. Seria possível estabelecer uma unidade ética num período de pluralismo cultural? Seria desejável?⁸ O fato é que quanto mais primitiva uma sociedade, tanto mais rígida tende a ser na transmissão do seu *paradigma ético*, e quanto mais desenvolvida tende a ser, tanto mais maleável.

De qualquer forma, tanto nos períodos de estabilidade, quanto nos períodos conturbados de transição, o desafio fundamental que se coloca em nível de pessoa e de povo é sempre o de viver em consonância profunda com o seu *ethos*. E aqui nos encontramos mais diante de uma busca contínua do que diante de um ponto de chegada. A mentalidade hodierna por

⁸ Cf. SIEBENEICHLER, F. B., Sobre a possibilidade de uma ética universal, *Reflexão*, 1982, 77-89.

um lado facilita essa busca, a medida que tem consciência da provisoriedade de suas próprias conquistas; por outro lado, porém, dificulta a busca, a medida que espera resultados imediatos. Daí a tentação de fixar-se em respostas prontas e acabadas, em vez de retomar continuamente o caminho...⁹

As respostas prontas e acabadas em termos éticos são, de alguma forma, a morte do *ethos*, pois esse não pode ser aprisionado por nenhuma formulação ética; nem pode ser comparado com as águas mortas de uma cisterna, mas exatamente com a água viva que jorra sempre de novo de uma fonte inesgotável: a fonte do “*humanum*” que através do Cristo se faz acesso para o divino.

2. *Ethos* cristão sintonia com o Cristo

Com razão se afirma que o Novo Testamento se esconde no Antigo, e que o Antigo Testamento se revela no Novo. Algo de semelhante se poderia dizer da relação entre o *ethos* e Cristo, entre ética *ethos* cristão. O segundo encontra-se implícito no primeiro e o primeiro se explicita no segundo.

Com efeito, desde que o Cristo assumiu a condição humana, já não se pode falar em termos de oposição entre o simples *ethos* e o *ethos* cristão. São enfoques diferentes, mas que apontam para a mesma direção e iluminam a mesma realidade. Para que isso se torne patente, cumpre tematizar antes de tudo o Cristo como revelação do divino no *humanum*. E o Cristo se dá a conhecer tanto por suas palavras, quanto por sua prática. Assim mesmo, porém, tanto o conhecimento, quanto o seguimento se dão por meio de mediações, o que significa um caminho perpassado de luzes e sombras, certezas e incertezas.

⁹ Cf. DEVIGILI, *op. cit.*, 15.

2.1. Cristo é a revelação do “*humanum*”

As buscas por conhecer o *humanum* remetem para os primeiros esforços no sentido de uma sistematização da ética. O ponto de partida dos mestres da ética era, com razão, certa suspeita criativa: os seres nunca revelam de imediato sua identidade profunda. Pelo contrário, eles se ocultam por trás de aparências, normalmente enganadoras.

Essa suspeita se faz mais aguda quando se está diante de um ser humano. A *persona* se esconde por trás de uma máscara que deve ser rasgada. É que os seres humanos mais representam do que se dão a conhecer em profundidade. Isso forçosamente, por malícia, mas porque nem sequer conhecem devidamente a si mesmos. Daí o velho princípio filosófico: “conhece-te a ti mesmo”, como tentativa de sugerir a misteriosa profundidade do *humanum*. Todas as filosofias e todas as ciências do humano tem como base essa pressuposição. Quanto mais profundamente mergulharmos no *humanum*, tanto mais perceberemos que “sabemos que nada sabemos”. Só um olhar superficial pode oferecer a ilusão de um conhecimento total do *humanum*.

O mistério do *humanum* aponta justamente para algo que é mais profundo do que aquilo que pode ser apreendido: suas dimensões divinas. O ser humano traz consigo algo que é maior do que ele mesmo.

É nessa altura que se apresenta o Cristo, imagem perfeita do Pai e plenamente humano, como o caminho pelo qual os seres humanos podem entender algo de mais definitivo sobre Deus e sobre si próprios. Pois “o mistério do homem só se torna claro verdadeiramente no mistério do Verbo encarnado”.¹⁰

¹⁰ *Gaudium et Spes*, n. 22.

Por ele “o homem conquista uma dignidade altíssima e Deus irrompe na história do homem”.¹¹

Em Cristo o humano e o divino se conjugam de modo inseparável. Tanto assim que já não há oposição entre o humano e o divino. Um não exclui o outro, mas o pressupõe. O divino se abre para o humano e o humano só encontra a sua identidade profunda a medida que se abre plenamente para o divino. Essa abertura total do divino para o humano e do humano para o divino se dá somente no Cristo. E justamente por essa razão que cabe a afirmativa do Cristo como revelação plena do humano. E é também por isso que cumpre aprofundar o *ethos* revelado em Cristo para se conhecer melhor o *ethos* revelado no humano.

2.2 Através de suas palavras e de sua prática

Tudo o que Jesus falou e fez tem um sentido revelador, tanto da divindade, quanto da humanidade. E certo que, a primeira vista, Cristo nada fala do *ethos*; e seguramente não o tematiza sistematicamente. E, no entanto, é nele que o *ethos* humano atinge sua plenitude.

Seu conhecimento do *humanum* não se dá primordialmente pelas mediações. Seu olhar rasga as máscaras e vai além das mediações. Seu segredo é ver as coisas e as pessoas com os olhos do Pai.

Destarte, suas palavras nunca traduzem só meia verdade, mas a Verdade plena; seus posicionamentos nunca são indecisos, mas absolutamente coerentes com a tarefa primordial de implantar o Reino de Deus. É por isso que ele jamais se engana no seu juízo sobre as pessoas, ate mesmo quando vislumbra santos atrás dos que são oficialmente declarados pecadores e pecadores atrás dos que são oficialmente considerados “justos”.

¹¹ Doc. Puebla, Vozes, Petrópolis, n. 188.

Ele também jamais se engana nos seus diagnósticos sobre as situações: ele vê a realidade naquilo que a constitui mais profundamente. Daí sua prática ser surpreendente para os que não o reconhecem como enviado do Pai. Seus planos não apontam só para a realização das pessoas.¹² São planos grandiosos, que partem dos corações, mas perpassam todas as estruturas humanas: religiosas, político-sociais, econômicas... O Reino traz consigo uma reviravolta total que deve manifestar-se em todas as dimensões do humano, invadidas pela força divina.¹³ Por isso, com razão, se afirma que “Ele entrou *na história humana*”, e não somente se fez homem. O Reino que ele implanta não se concretiza nem só em nível pessoal, nem só em nível de um povo: envolve a humanidade toda.

Uma tal compreensão do *ethos* humano só poderia chocar-se com os projetos mesquinhos e interesseiros dos grupos religiosos e políticos sectários. Os planos do Pai levam Jesus a se distanciar soberanamente dos grupos de força e se cercar dos fracos; soberanamente se distancia das várias estratégias visando a concretização dos projetos históricos: sua estratégia, do Amor, une o céu e a terra, une o divino e o humano, abraça todos os setes humanos. *Ethos* cristão vai emergindo da experiência acumulada pelos cristãos ao longo da história, na qual eles se espelham, sempre de novo, em Jesus Cristo: como ele se posicionou diante das várias situações? E assim que se estabelecem as linhas mestras do *ethos cristão*. Este imprime convicções e gera atitudes que nem sempre se coadunam com o *ethos* vigente nas várias culturas. O cristão tem um modo de compreender e de agir que atravessa os vários *ethos*, mas sem perder sua especificidade: o próprio Cristo é a norma máxima dos cristãos.

¹² Cf. AUBERT, J. M., *Abrégé de la Morale Catholique*, Desclée, 1987, 42s.

¹³ Cf. SANDERS, J. T., Jesus, Ethics and the Present Situation, in *The Use of Scripture in Moral Theology*, ed. by Charles E. CURRAN and RICHARD, A. McCORMICK, Paulist Press, New York/Ramsey, 1984, 56; BOFF, L., *Jesus Cristo Libertador*, 9.ª ed., Vozes, Petrópolis, 1983, 68.

2.3 Luzes e sombras de um seguimento¹⁴

Teoricamente o problema ético já não existiria: tudo fica claro com a luz do Cristo. Acontece, porém, que aqui nos deparamos com a condição real dos seres humanos. A identificação com o Cristo não ocorre automaticamente. Ela resulta de um processo exigente de assimilação progressiva do modo de ver e de agir do Cristo. Vários São os desafios para que isso aconteça.

O primeiro consiste justamente em desvendar o Cristo que encama o *ethos* humano em plenitude. As várias correntes cristológicas do passado e do presente dão provas deste desafio, já presente nos próprios Evangelhos. Esses não se contra-põem, mas revestem o personagem central de traços diferentes e complementares. Aqui emerge a pedagogia divina, de que “quem busca encontra”, mas só encontra quem busca. Desde Abraão, o “pai de todos os crentes”, fica evidenciado que só chega a terra prometida quem ousa sair da sua segurança e corre os riscos de uma *caminhada*. Mão é por acaso que o Cristo sempre se revela *no caminho*, para aqueles que *andam* com ele, e que frequentemente ele usa o imperativo “*levanta-te e anda*”. Ele mesmo se autodefine como sendo *o caminho*.¹⁵

Um segundo desafio, já implícito no primeiro, consiste exatamente no fato de existirem, historicamente, muitas propostas de outros caminhos, que ao menos à primeira vista não se coadunam com o caminho do Cristo. A pluralidade de éticas, veiculadas pelas várias culturas, e mesmo pelas várias religiões, atesta exatamente isso. E partindo do dado teológico inquestionável de que “as sementes do Verbo” se encontram espalhadas na humanidade toda, em todas as culturas, em to-

¹⁴ Cf. ROCHA, M., O seguimento de Jesus Cristo, REB 42 (1982), 12-28; BATRES, G. M., O conteúdo da ética evangélica, in *Práxis cristã (I)*, Ed. Paulinas 1983, 147s.

¹⁵ Cf. PESINI, L., *Solidariedade com os enfermos*, ICAPS, Ed. Santuário, 1988, 29s.

das as religiões, em todas as éticas, fica evidenciado que a tarefa dos seguidores de Cristo é mais árdua do que pode parecer a primeira vista. Esses não podem trabalhar na pressuposição das dicotomias simplificadoras, mas ao mesmo tempo simplistas, das alternativas excludentes. As dicotomias facilmente levam a um sectarismo, que certamente não se coaduna com o modo de ser do Cristo. Eles deverão se defrontar, continuamente, com um trabalho de triagem, para não correrem o risco de arrancar o trigo, pensando tratar-se de joio.

E aqui emerge um terceiro desafio, que é o das mediações.¹⁶ O conhecimento humano é sempre mediatizado; da mesma forma, sua prática a sempre historicamente condicionada. Mas as coisas e as pessoas com os olhos de Deus não a somente dom, mas também fruto de um longo aprendizado. Como também posicionar-se de modo cristão diante dos fatos históricos requer agudez de percepção e de análise. Certamente o Evangelho oferece uma inspiração de fundo, e essa é decisiva. Mas o Evangelho não oferece soluções prontas. Daí as luzes e sombras, as certezas e incertezas que marcam a busca do *ethos* cristão.

3. Teologia Moral: a busca da identidade

Muitas das dificuldades encontradas pela Moral podem ser superadas na exata medida em que essa volte a se entender como sempre deveria se ter entendido: como parte da Teologia. Com essa afirmação se ressaltam ao mesmo tempo duas coordenadas importantes: a Teologia não se confunde com uma mera sociologia, mas por outro lado ela sempre vem elaborada num contexto determinada de Igreja e numa sociedade determinada. Daí a força dos condicionamentos históricos.

¹⁶ Cf. BOFF, CL., *Teologia e prática*. Teologia do político e suas mediações, Vozes, Petrópolis 1977, 238s.

3.1. Moral: parte da Teologia

A Teologia pode ser definida como sendo um discurso orgânico da fé. Ela não se confunde com a própria fé, que a transcende. Mas ela expressa a fé vivida. Isso é tão verdadeiro que pode existir uma pluralidade de Teologias, mas dentro de uma mesma fé. A Teologia não pretende ser mais do que isso: um serviço à fé.

A multiplicidade dos aspectos que caracterizam a vivência da fé é que está na origem dos vários setores nos quais se divide a Teologia: cristologia, ecclesiologia, exegese, moral, e assim por diante. A ante teológica consiste exatamente em aprofundar um setor, mas sem perder de vista as grandes coordenadas do todo da Teologia. Uma boa abordagem moral pressupõe uma boa cristologia, uma boa ecclesiologia, uma boa Exegese.¹⁷

E aqui localiza-se uma das constantes verificadas na história da Moral: À Moral responde adequadamente aos desafios históricos à medida que vem articulada ao todo da Teologia, que, por pressuposição deve beber na sua fonte primeira, o próprio Deus revelado em Jesus Cristo. A Moral deixa de ser satisfatória na exata medida em que se afasta do grande tronco da Teologia. E sempre que se afasta do tronco, ela perde sua identidade e entra em crise. E quanto mais entra em crise, mais tende a enrijecer seu discurso, e em decorrência disso a perder sua credibilidade.

A credibilidade da Moral, portanto, vai depender basicamente da conjugação de dois elementos inseparáveis: ser portadora da Boa-notícia, que, pressupostamente, é garantida por uma boa Teologia, e uma resposta adequada aos desafios históricos.

¹⁷ Cf. QUERELLO, E., La teologia morale in relazione ad altre parti della Teologia. in *La Vocazione dell'uomo. L'Amore cristiano*, Bologna 1977, 8-11; LESSING, E., Die Einheit der Theologie als Problem Urteilsbildung, in *Ev. Th.* 35 (1975) 351-365.

Se não for Boa-notícia, no sentido evangélico do termo, de animação na busca de uma sempre maior sintonia com o *ethos* encarnado em Jesus Cristo, a Moral deixa de ter um influxo pastoral e passa a ser uma ciência estéril. Se não oferecer resposta adequada aos desafios históricos, entra em curto-circuito, representado por problemas de menor importância, intrasistêmicos, e portanto deixará de produzir frutos, caridade, para a vida do mundo”, como pressupõe a *Optatam Totius*¹⁸.

3.2 Teologia e Sociologia Moral

Normalmente a Moral vem associada aos “bons costumes”. Esse é, de fato, um dos sentidos passíveis radicados na palavra “*ethos*”. Sucede, porém que, sobretudo quando considerados em nível de sociedade, “os bons costumes” nem sempre traduzem um *ethos* cristão, ou são com eles compatíveis. Muitas vezes são costumes que adquirem o qualificativo de “bons” por serem assumidos como norma comum de comportamento. Basta pensar em certos costumes tidos como normais e até bons no campo econômico, político e mormente sob o ângulo da justiça: bolsa de valores, aplicações financeiras, convênios políticos, relações patrão-operário, direito irrestrito da propriedade particular.

Aqui cumpre ressaltar uma diferença básica entre a Sociologia e a Teologia Moral. A primeira é *descritiva* de uma moral vigente. E mais do que isso, é um dos mecanismos de manutenção de um “*status quo*”. A sociologia moral no máximo chega a exercer uma função funcionalista, mostrando as disfunções de um período em relação ao outro. Mas ela nunca chega a fazer uma proposta nova. A Teologia Moral, contudo, não pode ser uma ciência destinada a legitimar o que já existe.

¹⁸ *Optatam Totius*, n. 16.

A Teologia Moral tem diante de si sempre um *ideal* a ser perseguido, e que, sabidamente, tende a ser absorvido pelo cotidiano da vida. O distanciamento do ser humano em relação ao seu *ethos* não é somente uma possibilidade, mas uma realidade, tanto em nível pessoal, quanto comunitário-social.

A Teologia Moral, justamente por ser TEOLOGIA, tem sempre diante de si a ambiguidade da condição humana ao mesmo tempo marcada pela graça e pelo pecado. A sintonia com o *ethos*, mormente quando entendido como *ethos* cristão, será sempre fruto de uma vigilância para fugir da acomodação. Por isso mesmo, pode-se afirmar, sem receio, que a Teologia Moral traz consigo um componente que lhe é inerente: o do questionamento, enquanto confronto contínuo entre os costumes vigentes e o ideal ético encarnado em Jesus Cristo. Uma moral que não questiona não chega a ser nem ética, nem teológica. Ela perde sua identidade profunda e com isso sua razão de ser. A busca da identidade é um processo sempre inacabado. Responder aos apelos de Deus em Jesus Cristo coloca os seres humanos sempre na condição de aprendizes, e nunca de mestres consumados.

3.3. Teologia Moral e condicionamentos históricos

A genialidade dos pensadores gregos já percebera um traço fundamental do que, posteriormente, iria ser denominado de historicidade: todos os seres, sobretudo os humanos, permanecem a medida que evoluem, e evoluem a medida que permanecem. Há algo que permanece naquilo que evolui e há algo que evolui naquilo que permanece. Esse não é um jogo de palavras, mas uma das leis mais fundamentais da vida.

É com a mesma pressuposição que hoje se fala de *condicionamentos históricos*.¹⁹ Esses não têm a ver com o determinismo,

¹⁹ Cf. MOSER, A., *O pecado ainda existe?* Paulinas, 1976, 15s.

seja ele biológico ou histórico. Também nada tem a ver com o relativismo, segundo o qual nada existe de permanente e definitivo. Pelo contrário, quando se fala de *condicionamentos* se subentende exatamente a liberdade humana, que se concretiza num espaço e num tempo determinados. Viver num tempo e num espaço é a condição humana.

Os condicionamentos históricos podem ser de dois tipos: uns são *estruturais*, remetendo para o que denominamos de patrimônio genético; outros são mais *situacionais*, remetendo para as condições religiosas, sociopolíticas, culturais, econômicas etc.

À luz da fé tanto os condicionamentos estruturais, quanto os situacionais, nada mais são do que a possibilidade concreta que Deus oferece aos seres humanos para se conhecerem e se construírem de acordo com sua identidade mais profunda, conjugando o divino e o humano. Isso nada apresenta de estranho quando estão presentes as condições históricas nas quais se efetuam a Revelação como um todo e mais particularmente a Encarnação do Filho de Deus: elas se concretizam num contexto histórico.

Disso decorre, *a fortiori*, que entender a Teologia, e particularmente a Teologia Moral, como historicamente condicionadas, em nada as diminui, pelo contrário as enaltece. Representam o esforço de seres humanos concretos que, cômicos de suas limitações, buscam conhecer e realizar os desígnios divinos na história humana. Ter consciência de que agora só podemos ver “por um espelho e obscuramente” através dos inúmeros sinais que Deus emite, não a só uma questão de realismo: é um ato de fé. Não presta bons serviços à causa de Deus quem pretende sacralizar o que não passa de uma mediação humana, por mais importante que essa seja.

Para encontrar sua identidade e ser um serviço aos desígnios de Deus, a Teologia Moral nunca pode perder de vista

sua condição de portadora de um tesouro, mas conduzido por mãos frágeis e por um invólucro que não pode ser confundida com o tesouro. Seres humanos que se arrogam atributos divinos nada mais fazem do que cair na mesma tentação descrita nas primeiras páginas do Gênesis: a voz que sussurra “sereis como deuses” seguramente não provém de Deus.

CAPÍTULO II

AS EVOLUÇÕES HISTÓRICAS DA TEOLOGIA MORAL

Pelos pressupostos colocados acima, a evolução da Teologia Moral é uma questão de identidade e fidelidade. Para ser um serviço à causa de Deus, ela também deve ser um serviço a causa da humanidade. Cabe a ela a tarefa de ajudar a ler os sinais de Deus na história e a concretizar aqui os seus planos. Conjugando o humano e o divino, o tempo e a eternidade, ela só pode estar sempre a caminho.

O empenho em cumprir essa tarefa é que está por trás das evoluções que ocorreram e que ocorrem no campo da Teologia Moral. Aqui não vem ao caso fazer um histórico minucioso. A função da presente abordagem histórica é possibilitar uma compreensão melhor daquilo que está mais perto de nós, e sobretudo do presente. Assim, resumiremos muitos séculos em algumas páginas, distinguindo entre o passado mais distante e o passado mais recente.

O presente vem marcado por três grandes tónicas que não se excluem, mas que manifestam exatamente a força dos condicionamentos históricos na elaboração da Teologia Moral: uma que responde as necessidades de uma sociedade fechada; outra que tenta responder aos desafios de uma sociedade aberta; e outra ainda que tenta interpretar as exigências éticas num mundo subdesenvolvido.

1. Evoluções no passado distante²⁰

Quem sente as incertezas e choques de concepções diferentes do tempo presente facilmente imagina um passado bem mais sereno. Acontece que essas impressões nem sempre apresentam um embasamento nos fatos. A história da Teologia Moral sempre foi mais ou menos conturbada, ora por tensões internas, ora externas. É verdade que existem períodos relativamente longos de estabilidade, mas, como veremos, esses são muitas vezes também os períodos de menor vitalidade.

1.1 Santos Padres: criatividade evangélica

Qualquer história da Moral deverá ancorar-se na concepção dos Santos Padres. São eles que se encontram mais próximos das fontes bíblicas e do nascedouro do *ethos* cristão. Eles se defrontaram com dois grandes desafios: por um lado, desentranhar a concepção ética de Jesus Cristo à luz dos textos bíblicos; por outro, desentranhar os valores éticos presentes no mundo pagão.²¹

O primeiro desafio foi devidamente respondido através do enquadramento bíblico e cristológico da Teologia Moral. Essa não vem elaborada isoladamente.

A rigor não existem manuais de Moral pelo contrário, é nos longos comentários bíblicos, onde se ressaltam as palavras e os gestos de Jesus, que encontramos a concepção moral dos Padres.

O desvelamento da “nova criatura” se dá, certamente, no confronto com o “homem velho”. Mas aqui já transparece que

²⁰ Cf. ANGELINI, G., VALSECCHI, A., *Disegno storico della Teologia Morale*, EDB, Bologna 1972.

²¹ Cf. FIQUEIREDO, D. F., *Curso de Teologia Patrística (I)*, Vozes, Petrópolis, 1983, 119s., DELHAYE, PH., *La morale des Pères*, *Seminarium* 3(1971), 623-637.

o inegável espírito apologético, que marcou mais acentuadamente alguns Padres e algumas etapas do período patrístico, em nada compromete a tônica de “abertura” aos valores do mundo pagão, e aos sinais de Deus no tempo. Pelo contrário, partiam do pressuposto de que as “sementes do Verbo” encontram-se espalhadas em toda parte. Pois “... Deus não faz distinção de pessoas, mas lhe é agradável quem, em qualquer nação o temer e praticar a justiça” (At 10,34-35). E ninguém pode negar que “... Deus mostrou que nenhum homem deve ser considerado profano ou impuro” (At 10,28). Aqui encontram-se as linhas mestras pelas quais os Padres conseguiram superar o segundo desafio, da abertura para o mundo.

A confiança na atuação do Espírito Santo vem completar o quadro da concepção da moral patrística: essa é fiel, justamente porque aberta ao Espírito, que sopra onde quer. Para os Padres a identidade do *ethos* cristão não passa pela rigidez farisaica, e sim pela tensão dialética de um processo de síntese nem sempre fácil, mas sempre fecundo. É esse processo criativamente fiel que vai enriquecendo o *ethos* cristão de sempre novos aspectos e conduzindo-o a uma sempre renovada profundidade. A vitalidade da Moral remete para a abertura à atuação constante daquele que renova a face da terra.

1.2 A estabilidade pouco criativa dos séculos VI-XI²²

Um período de decadência da Teologia Moral não se explica por si mesmo. Ele remete para muitos fatores que se reforçam mutuamente. No caso do período em questão configura-se todo um quadro social de decadência do Império Carolíngio, herdeiro do Império Romano. É todo um longo processo de assimilação

²² Cf. LE BRAS, G., “Pénitentiels”, *Dic. Th. Cath.*, t. 12, 1160-1179; VALSECCHI, A., *I libri Penitenziali e la Morale cristiana. Alcuni studi recenti*, *La Scuola Can.* 94 (1966), 260*-268*.

dos povos nórdicos, portadores de outra cultura, e mesmo de outras concepções religiosas e éticas. O analfabetismo era uma tônica geral. O próprio clero apresentava-se como pouco preparado. A cultura clássica praticamente se refugiara nos mosteiros.

Dentro desse contexto se compreendem as dificuldades pastorais enfrentadas pela Igreja, bem como as dificuldades para o desenvolvimento de uma verdadeira elaboração teológica. E na esteira desse quadro de decadência, compreende-se igualmente que a Moral tenha sido reduzida a alguns princípios norteadores, de caráter mais penitencial, e pouco desenvolvidos teologicamente. São os conhecidos *Penitenciais*. Queriam oferecer linhas básicas para socorrer os confessores. Apesar de se reduzirem praticamente a pequenos catálogos de pecados, tiveram um influxo na história da civilização europeia: conseguiram humanizar um pouco os costumes de um período bastante “bárbaro”.

Sem dúvida, nos encontramos diante de um longo período de estabilidade, mas que pagou o seu preço: pouca criatividade, através de fórmulas estilizadas de perguntas e respostas. Também o contexto nem exigia, nem podia oferecer muito mais do que isso.

1.3 Escolástica: o fervilhar de uma nova era

A Escolástica,²³ enquanto expressão de um dos períodos teológicos mais vigorosos, nasceu no contexto de mudanças profundas em todos os campos.

Em primeiro lugar, já desde o século XI, faz-se notar a irrupção do “evangelismo”, retorno ao Evangelho em seu frescor, “*sine glossa*”, tão bem expresso no século XIII por São

²³ Cf. ORDUNA, R. R., *Práxis Cristã*, op. cit., 67s; CHENU, M D., *La Théologie au XIII siècle*, Vrin, Paris, 1957; HAMELIN, A., *Pour l'histoire de la Theologie Morale. L'École franciscaine dès ses débuts à l'occamisme*, Louvain-Montréal, 1961.

Francisco de Assis. Na sua esteira, aos poucos vão brotando as Ordens Mendicantes, com sua opção pela pobreza, símbolo iluminador para a opção pelo Cristo e sua causa.

Mas também as profundas transformações operadas no quadro socioeconômico e cultural, chamado de “Renascimento”, não são alheias ao que vai se passar no campo teológico. Essas são como que o húmus onde se implanta uma reflexão teológica de primeira grandeza.

É esse contexto todo que possibilita a compreensão do surgimento dos gênios das artes, da política, e naturalmente também da Teologia. Santo Alberto Magno, São Boaventura, Duns Scotus, São Tomas de Aquino, e tantos outros gênios teológicos já não se refugiam em mosteiros: comandam o campus universitário com suas “*disputationes*” apaixonadas e apaixonantes, onde todos os grandes temas teológicos e científicos são revolvidos em profundidade.

O confronto das diversas correntes e escolas teológicas se revelou como altamente produtivo e iluminador para todos os tempos. É que as inevitáveis suspeitas levantadas de uns contra os outros obedeciam a uma norma ética fundamental: o respeito pelo adversário e a busca de solução para os impasses, guiada essa busca pelo princípio da subsidiariedade. Vencia as disputas teológicas quem apresentava argumentos mais sólidos. A nobreza cavaleiresca não se verificava apenas nos torneios que envolviam as armas de guerra, mas também nos torneios teológicos. Vencedores e vencidos tinham consciência de estar contribuindo para um espetáculo enriquecedor.

Esse não foi, nem poderia ser, um período de isolamento das diversas disciplinas teológicas: elas formavam um todo organicamente dialético, tentando iluminar os problemas do seu tempo. Por isso mesmo, é inútil procurar nesse período “Manuais de Moral”. O *ethos* cristão percorria todos os tratados

e a Teologia Moral se alimentava de uma mesma seiva vital, constituída pelo retorno às fontes, mormente ao Evangelho.

O símbolo mais acabado deste tipo de Teologia Moral encontra-se, certamente, em São Tomás de Aquino. Dividiu sua *Summa Theologica* em três partes. Na primeira aborda Deus Criador, princípio e fim de todas as coisas; na segunda tematiza o ser humano, como imagem deste Deus; na terceira aponta o Cristo como o caminho da nossa volta para o Criador. Articula de modo genial querigma e compromisso ético, natureza e graça, dogmática e moral, lei natural e ação do Espírito Santo.

Embora tecnicamente a Teologia Moral esteja concentrada na segunda parte, ela só pode ser devidamente entendida a luz da primeira e da terceira. Infelizmente, como é sabido, os discípulos acabaram traindo o mestre, isolando a parte moral do restante da sua concepção teológica unitária. Esse foi um erro histórico e que prejudicou muito a Teologia Moral dos séculos posteriores.

1.4 Século XIV e XV: a força do nominalismo

Períodos de fervilhamento criativo costumam ceder lugar a períodos de decadência estagnadora e vice-versa, Períodos altos e baixos vão se alternando, não de maneira cíclica e repetitiva, mas onde altos e baixos sempre deixam suas marcas. Foi assim que a *Alta* Escolástica cedeu lugar à *Baixa* Escolástica: os grandes mestres criadores cederam lugar aos pequenos discípulos repetidores. Essas foram as marcas dos séculos XIV e XV.

É neste contexto que se entende a força do *nominalismo*. Contrapondo-se aos defensores dos “universais”, o nominalismo²⁴ vai acentuar o “singular”; opondo-se a uma visão de totalidade, vai privilegiar os *atos*; rejeitando as motivações in-

²⁴ Cf. VEREECKE, L, L'obligation morale selon Guillaume d'Ockham, *Vie Spir. Suppl.*, 45 (1958), 123-143; VIGNEAU, P. *Nominalisme au XIV siècle*, Montreal-Paris, 1948: ORDUNA, *op. cit.*, 79s.

ternas, vai cair no legalismo arbitrário, do qual não escapam nem os Mandamentos, considerados sem consistência interna são entendidos como imposições de Deus. Por isso mesmo, bastaria se contentar com o mínimo, para não contrariar as disposições divinas. Há pouco lugar para grandes arroubos de generosidade espiritual. E exatamente no nominalismo que se encontra uma das raízes da Moral *casuística*, naquilo que ela apresenta de mais frágil e negativo.

1.5 Século XVI: a institucionalização da Moral

O contexto sociopolítico é o das descobertas das novas terras. O contexto religioso é o do surgimento do protestantismo e do Concílio de Trento. Um período agitado, portanto, que gerou a busca de estabilidade.²⁵

No campo da Teologia Moral manifestava-se o vácuo provocado por dois tipos de obras: as volumosas e pouco acessíveis “*Summas*”, mais para o estudo universitário, e as “normas práticas”, muito reduzidas para responderem as necessidades do momento. Daí o surgimento de uma obra intermediária: as “*Institutiones Morales*”.

Com esta obra do jesuíta Azor (1600), a Teologia Moral passa a ser disciplina autônoma, com o que isto representa de positivo e de negativo. A positividade consiste em oferecer numa só obra aquilo que era mais necessário para os confesores; a negatividade consiste justamente em prosseguir na trilha de pensar a Moral só em função dos confesores. São também perceptíveis os traços antiprotestantes: a razão, a lei, os atos ganham a primazia; a Sagrada Escritura, a consciência individual, a pessoa no seu todo, vão para as sombras.

²⁵ Cf. VEREECKE, L, Le Concile de Trente et l'enseignement de la Theologie Morale, *Divinitas*, 5 (1961), 361-374.

O mesmo século XVI vai conhecer um surto de grandes moralistas, muitos deles dominicanos, ligados ao tomismo, na Universidade de Salamanca: Francisco Vitória, Melchior de Cana, Domingo Soto, Bartolomeu de Medina, Domingos Bañez.

1.6 Séculos XVII e XVIII: o fascínio pelo novo

Nos séculos XVI e XVII surgem um novo período de inquietações teológicas, novamente acompanhando uma transformação no quadro sociopolítico e econômico resultante das “descobertas”, efetuadas no século anterior. O *Novo Mundo* se constituía em muito mais do que na descoberta de novas terras e novos povos: significava a abertura de novas fronteiras em todos os sentidos. Foi no impulso da busca de um *Novo Mundo*, que na trilha de outros povos, sobretudo espanhóis e portugueses, lançaram-se ao mar do desconhecido. Foi o fascínio do novo que deu aos conquistadores o elã para enfrentarem todo tipo de dificuldades.

Entretanto, aqui se configura algo de paradoxal em relação ao que ocorreu na Alta Escolástica: embora não se possam negar alguns avanços no campo teológico, esses foram pouco significativos em relação ao que ocorreu na Alta Escolástica. Lá, como vimos, o vigor primeiro se fundava na redescoberta da seiva evangélica; aqui essa seiva não encontrou terreno tão propício: a cruz foi, por vezes, coberta pela sombra da espada; a força do Evangelho foi, por vezes, confundida com a força do Poder e das Instituições; a evangelização não significa forçosamente adesão pessoal e comunitária ao Evangelho.

Não se pode negar a existência de alguns grandes moralistas,²⁶ sobretudo nos inícios do século XVII: Luís Molina, Gabriel Vasquez, Tomas Sanchez, Francisco Suárez. Eles

²⁶ Cf. ANGELINI, G. - VALSECKI, A., *Disegno storico...*, op. cit., 115s.

certamente foram sensíveis aos novos tempos e ao eterno do Evangelho. Contudo, o que marcou mais profundamente esses dois séculos foi a presença de escolas que balançavam de um extremo ao outro: probabilismo, laxismo, rigorismo, equiprobabilismo... Apesar de numerosas e ativas, se mostram incapazes de iluminar evangelicamente os novos desafios surgidos com o *Novo Mundo*. Os novos povos, mormente em se tratando dos indígenas, não encontram espaço para suas culturas, tradições éticas e religiosas. As “Sementes do Verbo” nem sempre são percebidas; a síntese criativa é substituída pela subjugação do mais forte.

Em suma, perdeu-se a oportunidade histórica de uma renovação mais profunda e verdadeira. O que restou foi, em grande parte, a lembrança de um período de grande agitação casuística, mas de poucos avanços reais no campo da Teologia em geral, e da Teologia Moral em particular. Isso vem mostrar que a renovação teológica nem sempre coincide com a descoberta do novo, mas exatamente com a síntese de um “ser” e “vir-a-ser” que se fecundam mutuamente.

A partir de meados do século XVIII, porém, o fascínio pelo novo vai ser contrabalançado pela figura de Santo Afonso Maria de Liguori. Partindo de sua experiência de pastor zeloso, lança os fundamentos para uma Teologia Moral equilibrada, toda ela fundada numa compreensão teocristocêntrica. O resultado vai ser uma concepção moral onde se conjugam harmoniosamente lei e liberdade, ideal e realidade.

2. Evoluções recentes: a implantação dos Manuais

Consideramos como passado mais recente o século XIX e a primeirametadedoséculoXX. Em termos desociedade, desde 1830, tem início o processo de industrialização. Em termos teológicos,

não houve grandes mudanças, mas, certamente, consolidou-se um caminho que, de uma forma ou de outras dominou o panorama católico até meados deste século. Aqui já podemos falar, com propriedade, de *Manuais neoescolásticos*, resultantes de uma combinação de fatores: o influxo de Santo Afonso; o surgimento do neotomismo; a renovação bíblico-patristica.

2.1 As redescobertas do século XIX²⁷

Em vida Santo Afonso não teve muita aceitação. Pelo contrário, sofrem oposições violentas, que o obrigaram a iniciar uma revisão em sua obra. Contudo, *com* sua beatificação em 1813, seus escritos passaram a ganhar sempre mais espaço. Manuais que trazem a marca de sua inspiração dominavam os Institutos de Teologia: Gury, Ballerini, Lehmkuhl. Apesar de pequenas oscilações, a linha mestra era sempre a mesma, de uma Moral com alguns traços teocristocêntricos, com sensibilidade pastoral e que, evitando os extremos, transmitia segurança.

A retomada do tomismo remete para dois fatores: a encíclica *Aeterni Patris*, de 1857, e as resistências, sobretudo na Alemanha, ao crescente influxo da Escola de Tübingen. Combinando equilíbrio positivo e método especulativo, fidelidade a lei objetiva e valorização da liberdade, casuísmo e busca de perfeição, Linsemann consagra o neotomismo e marca a segunda metade do século passado.

Esse período se caracteriza ainda por um interesse crescente pelos estudos bíblicos e patristicos. É nessa trilha que a Escola de Tübingen vai projetar-se com dois moralistas de peso: Sailer e Hirscher. O primeiro busca articular a vida cristã em torno da fé e da caridade, ressaltando mais o aspecto místico

²⁷ Cf. CAPONE, D, *La morale dei moralisti*, *Seminarium*; 23 (1971). 649-652.

do que jurídico. O segundo acentua a pregação moral de Jesus, centrada sobre o Reino. O título de seu manual diz tudo: *Moral cristã como doutrina da realização do Reino de Deus na humanidade*. São o Reino e a pessoa humana que começam a emergir como as grandes coordenadas da Teologia Moral.

2.2 Primeiras tentativas de superação do casuísmo

Na virada do século a industrialização já é uma realidade cheia de contradições, que se faz notar em quase todo o contexto europeu. As contradições e os graves problemas sociais são muito bem tematizados na *Rerum Novarum*, de 1891. Curiosamente, esses problemas encontram muitos reflexos nos Manuais. O que vai se refletir, ao menos indiretamente, são as preocupações inerentes ao “Modernismo”, bem como as primeiras incursões das ciências humanas. Mais diretamente vão encontrar reflexos nos Manuais as críticas provindas de correntes protestantes: primeiras contestações mais significativas da rigidez dos princípios morais; da autoridade como princípio formal da Moral católica; da falta de sensibilidade para os acontecimentos históricos; de uma exegese muito literal. É neste contexto que se entende o surgimento da “Moral de situação”, da qual nos ocuparemos mais adiante.

Em consequência de toda essa contestação, os Manuais tentam uma casuística um pouco mais aberta.²⁸ Buscam, sobretudo, um princípio unitário para a Moral. Assim, alguns apontam para as virtudes. É o caso de Tanqueray, de Prümmer, de Verrneersch, de Merkebach. Tillman, que, por sua vez, vê como princípio estruturante o seguimento de Cristo; Stelzenberger privilegia o Reino de Deus; Gilmann e Carpentier destacam a caridade; para Meersch tudo deve ser centrado

²⁸ Cf. ANGELINI, G. - VALSECKI, A., op. cit., 163s; DELAHAYE, PH., *La théologie d'hier et d'aujourd'hui*, RSR 10 (1953), 112-130.

no Corpo Místico. Outros, sensíveis aos problemas abraçados pela Ação Católica, se fazem predecessores de uma das linhas mestras do Vaticano II: começam a dar destaque às realidades terrestres. É o caso de Thils.²⁹

Tudo isso carrega consigo os primeiros elementos de uma autocrítica, que, embora provocada por fatores externos, como que prepara o terreno para uma revisão mais profunda dos Manuais. Mas a concretização deste anseio bastante generalizado só vai ocorrer com a histórica obra de Bernhard Haring, *A Lei de Cristo*, de 1954.

2.3 “A Lei de Cristo”, primeira sistematização renovadora

Em suas numerosas obras posteriores, o próprio *Haring* vai, progressivamente, se superando a si mesmo.³⁰ Hoje, a distância de 35 anos, já não podemos considerar – a Lei de Cristo – como um manual adequado para o ensino da Teologia Moral. Entretanto, foi exatamente esta obra que marcou um passe decisivo no caminho de uma renovação mais profunda. Ademais, as grandes linhas de inspiração guardam traços de uma obra que, ao mesmo tempo, soube resgatar criativamente o passado, e abrir caminhos para o futuro.

A Lei de Cristo, em três grandes volumes vem concebida como *chamada de Deus e resposta humana*. Num primeiro volume é apresentada uma síntese geral da imitação de Cristo. O segundo volume se apresenta como um diálogo de amor com Deus e com o próximo. O terceiro quer mostrar como podem se concretizar os planos de Deus em todas as esferas da vida. A partir desta obra começa-se a perceber o surgimento de uma

²⁹ Cf. THILS, G., *Theologie des réálizes terrestres*, Desciée, Paris 1946.

³⁰ Cf. HARING, *Livres e fiéis em Cristo*, vol. I *Teologia Moral Geral*, vol. II *A Verdade vos liberará*, Ed. Paulinas, São Paulo, 1979 e 1982.

tônica realmente diferente, que vai influenciar os desdobramentos futuros: a Moral adquire uma fisionomia nitidamente mais evangélica, e, por isso mesmo, mais risonha.

3. O momento atual: três concepções diferentes

As últimas quatro décadas se constituíram num período extremamente agitado para a Teologia Moral. É o que se pode caracterizar como período de *transição tensa*, pelo convívio simultâneo de três concepções bem diferentes, se bem que não forçosamente excludentes, de Teologia Moral. Por um lado, há setores da Igreja, no seu sentido amplo, que ainda se orientam pelos Manuais neoescolásticos. Há outros setores que adotam a Moral denominada de “Renovada”. E já há mais de vinte anos, vem ganhando destaque uma concepção que busca interpretar teologicamente a dramática situação do Terceiro Mundo. Assim, o momento atual caracteriza muito bem as dificuldades de articular devidamente o “*esse*” e o “*fieri*”.

3.1 Forças e fraquezas dos Manuais neoescolásticos

Como as próprias palavras sugerem, os Manuais neoescolásticos pretendiam ser livros de fácil manuseio, destinados sobretudo aos confessores. Trazem muitas marcas do passado e, ao mesmo tempo, traduzem alguns, reflexos do contexto em que foram sendo elaboradas.

Apesar de remeterem para os inícios do século passado, os Manuais neoescolásticos marcaram profundamente também a primeira metade do século XX. E, de alguma forma, sua concepção de Moral continua até hoje. Eles se constituíram na cartilha comum, que formou gerações e gerações de sacerdotes e fiéis católicos. Justamente por isso fazem pressupor um grande vigor interno. Contudo, a partir dos anos 50, essa concepção

começa a sofrer críticas crescentes e entra em crise. Para uma avaliação mais adequada dos Manuais neoescolásticos, convém acenar para o contexto, apontar os aspectos criticados; assinalar os valores que permanecem.

a) O contexto das críticas e da crise

O contexto socioeconômico da Revolução Industrial, que no período de pós-guerra, vai se impondo com força ainda maior. Sabidamente, a Revolução Industrial não se restringiu a descobertas técnicas científicas. Ela provocou o fenômeno da urbanização acelerada, e propiciou a progressiva passagem de uma sociedade fechada para uma sociedade aberta.³¹

Por trás das expressões “sociedade fechada” e “sociedade aberta” não vai nenhum juízo de valor. Trata-se de uma constatação de ordem sociológica. A sociedade fechada é pré-técnica e predominantemente rural. O isolamento, decorrente da falta de comunicações de maior porte, garante a homogeneidade, as tradições religiosas e morais. Um clima sacral paira sobre todas as coisas. A autoridade vem frequentemente associada à experiência dos mais velhos. Como consequência de tudo isso, é uma sociedade bastante estável e até rígida em todos os seus aspectos: religiosos, morais, econômicos, políticos, sociais, culturais. As eventuais mudanças se dão de modo quase imperceptível e a longo prazo.

Já a sociedade aberta se caracteriza justamente pelos elementos contrários: é urbana, heterogênea, profundamente influenciada pela técnica, pelas comunicações múltiplas, por um clima dessacralizado; É sujeita a mudanças rápidas e

³¹ Cf. LOREZON, A., Ética e comunidade: a ideologia do individualismo, *Síntese*, 1989, 35-48; AZPITARTE, L E, *La moral en un mundo técnico, Proyec.*, 1988, 171-184; WALGRAVE, H., Moral e progresso, *Concilium* 5 (1065), 18-29.

profundas em todos os sentidos. Por isso mesmo, a sociedade aberta privilegia tudo o que é *novo e maleável*. As tradições, de qualquer tipo, são vistas com desconfiança. O imperativo básico parece ser o da *mudança*.

Avaliar eticamente uma sociedade fechada e uma sociedade aberta torna-se extremamente difícil, porque ambas apresentam condições contraditórias em termos de valores. É certa que uma sociedade fechada parece mais consistente, por privilegiar o “esse”. Em compensação, ao contrário da sociedade aberta, é pouco sensível ao “*fieri*”, e, por conseguinte, aos sinais dos tempos.

Ademais, uma volta atrás não só seria impensável, como também teologicamente pouco sustentável. Cabe a Teologia responder criativamente aos desafios do seu tempo, no difícil, mas enriquecedor processo de conjugar o “esse” e o “*fieri*”, discernindo entre valores e contravalores de qualquer momento histórico. É assim que a Teologia pode reconhecer as “Sementes do Verbo” presentes nas mais diversas situações e contribuir para que o novo manifeste a presença ativa daquele que renova todas as coisas.

Ora, é exatamente a partir de todo esse quadro que se podem entender melhor as críticas que passaram a ser feitas aos Manuais neoescolásticos. As tentativas, vistas anteriormente, de encontrar um princípio unificador mais bíblico e dinâmico para a Moral, foram relativamente tímidas: não conseguiram imprimir um novo espírito. Mas, de qualquer forma, dentro dos pressupostos de uma sociedade predominantemente fechada, as fraquezas não eram tão nítidas. Elas vão transparecer melhor à luz desse novo contexto, que acabamos de descrever há pouco.

b) As fraquezas dos Manuais neoescolásticos

Numerosos artigos, a partir dos anos 50, foram detectando sempre, mais aspectos que caracterizam as fraquezas desses Manuais, e da mentalidade correspondente.³² Vamos apenas destacar os aspectos que nos parecem mais significativos. Afinal, trata-se de evidenciar um certo *espírito*, mais do que enumerar todas as fraquezas. E é preciso não esquecer que nos encontramos diante de muitos autores diferentes, embora todos apresentando basicamente os mesmos pressupostos.

Entre os pontos nevrálgicos podemos apontar: a falta de vinculação mais estreita com a Sagrada Escritura, a Grande Tradição e a Teologia sistemática; o excessivo legalismo; a exacerbação da casuística; um pessimismo de cunho dualista.

O retrospecto histórico feito anteriormente nos assegura que houve buscas no sentido de resgatar a Sagrada Escritura, a Grande Tradição, sobretudo patrística e Escolástica. Entretanto, com raras exceções, essas tentativas não conseguiram impregnar o todo da Teologia Moral. Em termos escriturísticos, uma honrosa exceção vem representada por Kelly.³³ Ademais, já desde as Instituições Morais, de 1600, o *distanciamento da Teologia* sistemática se fez notável como tônica. A Teologia Moral é considerada como disciplina autônoma, que basta a si mesma.

Nenhuma instituição pode sobreviver sem lei. A anomia a sinônimo de desagregação. Por isso, com razão, os Manuais dão destaque aos vários tipos de leis: divina, natural, eclesiástica, civil.

³² Cf. LEERS, B., *Novos Rumos da Moral*, Lutador, Belo Horizonte, 1970. um livro Interessante para se ter presentes as características, tanto da Moral dos Manuais, quanta da Renovação.

³³ Cf. KELLY, G., *Contemporary Moral Theology*, The Mercier Press, 1955.

Contudo, o *legalismo*, já condenado por Cristo e por São Paulo, foi ganhando sempre maior força nos Manuais. Muitos fatores contribuíram para isso. Pensamos que entre eles deva ser destacada a decadência dos costumes, particularmente familiares. O apego a lei é uma tentativa desesperada de salvar o “esse” num período de transição mais acentuada. Ademais, a partir de 1917, com a promulgação do Código de Direito Canônico, muitos tratados transformaram-se mais em tratados de Direito do que tratados de Teologia Moral. Um exemplo característico é encontrado em Jone, que escolheu para seu manual um título muito sugestivo: *A Teologia Moral à luz do Direito Canônico*.³⁴ — *A casuística* é, de per si, uma necessidade. É uma espécie de jurisprudência destinada a situar melhor os problemas, tanto à luz de estudos e compreensões anteriores, quanto à luz da particularidade pessoal e de cada caso.

Entretanto, a casuística é também uma arte. Não pode transformar-se em receituário, com solução prévia de todos os problemas. Os problemas pessoais só podem ser devidamente compreendidos quando colocados dentro da história dessa pessoa, situada no espaço e no tempo.

Os Manuais neoescolásticos, influenciados pelos Penitenciais, pelo nominalismo, por toda a Baixa Escolástica, e pela incapacidade de enfrentar os novos problemas com outras coordenadas, acabaram por acentuar tanto a casuística, que se confundem com ela. Manuais neoescolásticos ou casuística se tornaram quase sinônimos.

Outra crítica feita comumente aos Manuais aponta para seu *pessimismo* de cunho *dualista*. Por trás desse pessimismo, traduzido por uma atmosfera de pecaminosidade, esconde-se o

³⁴ JANE, G., *Katholische Moraltheologie unter besonderer Berücksichtigung des Codex Iuris Canonici*, Paderbon, 1937.

dualismo, tanto de caráter cosmológico quanto, sobretudo, antropológico. A divisão muito acentuada entre terra e céu, tempo e eternidade, material e espiritual, profano e sagrado, teve como consequência carregar as cores do pecado e esmaecer as cores da graça. Por isso, não causa estranheza que a perspectiva desses Manuais seja excessivamente a do Sacramento da Penitência.

c) Valores que permanecem

Poderíamos dizer que a crítica aos Manuais teve dois momentos: num primeiro ela é amarga e total. Praticamente nada seria aproveitável. Entretanto, num segundo momento, se percebe que nem tudo é negativo. Os Manuais são filhos do seu tempo. Tentaram responder aos desafios de uma época com categorias de sua época. Ademais, as novidades em termos de ciências humanas e do social, ao menos num primeiro tempo, surgiram como uma contestação de praticamente tudo aquilo que se pensava anteriormente. É compreensível uma reação de defesa. O que faltou aos Manuais foi a capacidade de integrar o “*fieri*” no “*esse*”.

Além disso, a rigor, as fraquezas vêm da exacerbação de certas preocupações, em si válidas. Assim a Lei, os atos como prováveis indicadores de uma atitude de fundo (*agere sequitur esse*), a distinção de planos, a atenção dada às pessoas em suas particularidades, a força do pecado, não podem ser esquecidos. Tudo depende de como são conjugados.

3.2 Renovação: ganhos e limites

A “Moral Renovada” compreende todo o esforço feito, sobretudo a partir dos anos 50, para responder mais adequadamente aos desafios de uma “sociedade aberta”. O contexto é o mesmo acima assinalado. Não se pode entender a “Moral Renovada” sem seu confronto com a Moral dos Manuais.

Depois de concentrar-se no estudo das fraquezas da concepção vista acima, ela vai, pouco a pouco, estabelecendo suas *linhas de força*.

A literatura teológica referente à “Moral Renovada” é quase incontrolável.³⁵ As propostas de renovação são inúmeras. Vamos, de novo, destacar apenas algumas, que nos parecem mais significativas para traduzir essa nova compreensão: volta às fontes; produzir frutos para a vida do mundo; atenção aos sinais dos tempos; as bem-aventuranças; abertura ecumênica. Feito isso, deveremos assinalar também os limites desta concepção de Moral.

a) Linhas de força da “Moral Renovada”

Embora as tentativas de renovação mais profunda já tenham sido iniciadas antes do Concílio Vaticano II, esse se constituiu tanto num reconhecimento da necessidade de renovação, quanto num ponto de referência obrigatório. Não é que tenha oferecido um texto, como sucedeu com a Liturgia, a Ecclesiology e a Exegese. Mas tanto os textos, quanto o *contexto* do Concílio ofereceram pontos de referência e inspiração.³⁶

Particularmente importante foi o número 16 da *Optatam Totius*, que insiste sobre o caráter científico, o cristocentrismo e o produzir frutos para a vida do mundo.

A *volta às fontes* é uma tônica geral. Isso determina uma revalorização de toda a Sagrada Escritura e da Patrística como eixos da renovação. Em termos bíblicos começam a sobressair as categorias da Aliança e do Reino. Em torno deles vão surgindo outros aspectos: um pacto de Amor e não tantos mandamentos retirados do seu contexto; o seguimento de Cristo; a

³⁵ Cf. VIDAL, M., *Moral de atitudes*, I, op. cit., 47-75.

³⁶ Cf. DELAHAYE, PH., A contribuição do Vaticano II para a Moral, *Concilium* 75 (1972), 611-618; FUCHS, J., Orientamenti conciliar per una morale cristiana, *Seminarian* 23 (1971), 485-512; HARING, B., Orientaciones actuales de la Teología Moral a la luz del Vaticano II, *Pentecostes* 11 (1966), 189-196.

chamada e resposta, com o conseqüente acento menos imperativo e mais dialogal. É sob este ângulo que transparece mais claramente a importância da obra de Bernhard Haring.

Produzir frutos para a vida do mundo implica numa reavaliação dos objetivos centrais da Moral. Essa não visa apenas o auto aperfeiçoamento. Ela deve se inscrever dentro de um contexto de uma Igreja que, por sua vez, tem uma missão *no mundo*. Nem a Igreja, nem a Moral vivem para si mesmas: elas existem para levar a Vida ao mundo. Não se trata de colecionar méritos pessoais, mas de abraçar, com entusiasmo, a causa de Cristo em toda sua amplitude. Evidentemente que por trás dessas tônicas está toda a Teologia da *Gaudium et Spes*, com seu forte acento no valor das realidades terrestres. Os cristãos se salvam empenhando-se na salvação do mundo.

Os sinais dos tempos estão conexos com o item anterior. Só realiza seu compromisso com o mundo quem está atento às manifestações de Deus no tempo presente. A revelação oficial termina com o último dos Apóstolos, mas nosso Deus é um Deus que acompanha a trajetória da humanidade, sinalizando sempre de novo o caminho.

Por trás desta tônica encontra-se o princípio da *historicidade*. Como viemos acentuando desde o início, esse nada tem a ver com o *historicismo*. Para o historicismo não existe nada de permanente. Para quem assume a princípio da historicidade existe um “*fieri*”, mas também um “*esse*”, que se interpenetram de modo indissociável. À luz do princípio da historicidade, lido teologicamente, espaço e tempo são carregados de significado.

A categoria da historicidade é uma espécie de aprofundamento enriquecido do que os Manuais denominavam de *epiqueia*: a *maleabilidade fiel* que brota da conjugação do “*esse*” e do “*fieri*”, do ideal e dos condicionamentos históricos.

O ressaltado dado às *bem-aventuranças* encontra-se em plena sintonia com as linhas vistas acima. Por tudo o que foi dito, a Moral dos Manuais acabava incutindo um clima carregado de negatividade. As bem-aventuranças, como expressão acabada dos ideais do Reino, imprimem uma tônica carregada de otimismo e de esperança. Já não sobressaem a temor, mas o Amor; não a ameaça, mas o convite; não o pecado, mas a graça; não o medo, mas o entusiasmo.

Não se pense, contudo, que a Moral inspirada nas bem-aventuranças seja menos exigente. Até pelo contrário: ela não pede o mínimo, mas o máximo. Pois os pressupostos encontram-se na parábola dos talentos (a quem muito é dado, muito é exigido), bem como nas exigências inerentes ao Amor. Quem ama não dá presentes, mas se doa totalmente.

Também a dimensão mais *ecumênica* é decorrência do espírito que imbuíu o Vaticano II. A Igreja é a luz dos povos, mas que reflete a *Luz* do Cristo, que ilumina todo ser humano que vem a esse mundo. Destarte, em consonância com o postulado patrístico de que as sementes do Verbo se espalham por toda parte, cabe à Teologia saber encontrá-las. Particularmente os que partilham da mesma fé em Jesus Cristo, e que buscam seu seguimento com empenho têm muito a dizer em termos de prática cristã.

b) Os limites da “Moral Renovada”

Num primeiro tempo, a “Moral Renovada” se contrapõe à Moral dos Manuais. Uma não pode ser entendida sem referência à outra. Da mesma forma, algo de parecido, embora não de modo tão acentuado, se passa com a “Moral Renovada” e a “Moral de cunho latino-americano”. É à luz desta última que vão aparecer os limites daquilo que parecia um avanço definitivo.

Embora ainda devamos apresentar a “Moral de cunho latino-americano”, convém assinalar desde logo os limites da “Moral Renovada”. Pensamos poder reduzir tudo num só item: não interpreta devidamente a problemática do mundo dos empobrecidos. Em outros termos, é uma Moral pensada mais *a partir de*, e para um contexto de Primeiro Mundo.³⁷

Os ganhos acima assinalados são reais. Um novo sopro reanimou não só a Teologia Moral, como a vida cristã. Entretanto, a “Moral Renovada” é por demais devedora ao seu *lugar social*. Ela remete diretamente para a *modernidade*, com tudo o que isso significa em termos de ganhos e perdas.³⁸ Se é verdade que a Moral dos Manuais acentua demasiadamente o “*esse*”, a “Moral Renovada”, por vezes, acentua demasiadamente o “*fieri*”. Se a primeira privilegia o *momento do objeto*, a segunda privilegia o *momento do sujeito*, e de um determinado sujeito histórico, exatamente aquele beneficiado pela modernidade.

Esse privilégio vai transparecer tanto na escolha dos temas, quanto no prisma pelo qual são abordados. Temas privilegiados são antes de tudo os temas de fronteira, como os da biogenética, da corrida armamentista, do prolongamento da vida. Em seguida, são privilegiados ainda temas que trazem o sabor da modernidade, naquilo que essa apresenta com traços de liberalismo: relações pré-matrimoniais; matrimônio experimental; divórcio; aborto.

Mais problemático ainda é o prisma sob o qual esses problemas, que não são exclusivos do Primeiro Mundo, vão ser abordados. Embora não se possa absolutizar, não se pode também deixar

³⁷ Cf. MOSER, A. - LEERS, B., *Teologia Moral: impasses e alternativas*, Vozes, Petrópolis, 1987, 62s.

³⁸ Cf. AZEVEDO, M., *Modernidade e cristianismo: o desafio inculturação*, Loyola, São Paulo, 1981; OLIVEIRA, M., A crise da racionalidade moderna: uma crise de esperança, *Síntese*, nova fase 45 (1989), 13-34.

de reconhecer que os tratados de “Moral Renovada”, por vezes, traduzem uma compreensão pouco compatível com o Evangelho. Tendo absorvido muito bem as ciências humanas, particularmente a psicologia do profundo, esses tratados ressaltam tanto os condicionamentos pessoais, que fica difícil perceber que comportamentos seriam, de fato, inconciliáveis com o Evangelho.

Mas, todas essas reservas ficam mais patentes quando o esquema renovado é confrontado com as preocupações e perspectivas próprias do Terceiro Mundo. Embora haja teólogos de Primeiro Mundo muito sensíveis até à problemática dos empobrecidos³⁹ a “Moral Renovada”, quando considerada globalmente, não parece interpretar devidamente os gritos que brotam dos porões da humanidade. Tanto as prioridades, quanto as chaves de leitura são outras. Afinal, a maior parte da humanidade pouco participa dos benesses da modernidade; apenas de muitos de seus malefícios.

3.3 A procura da fidelidade em meio às estruturas de pecado

Os ganhos da Moral Renovada são inquestionáveis. Como também são inquestionáveis suas lacunas, quando se tem presente a realidade brutal do Terceiro e Quarto Mundos. Isso explica por que, a partir dos anos 60, sobretudo no contexto da América Latina, vão surgindo esforços teológicos que buscam responder a questões mais específicas dessa realidade.

Esses esforços têm suas raízes implantadas num processo eclesial, onde emergem as CEBs e se fincam marcos históricos como os das Conferências de Medellín e Puebla. Essas representam o empenho da Igreja aqui situada por tirar consequências práticas do Concílio Vaticano II.

³⁹ Cf. REJON, M. F., *Teologia Moral a partir dos pobres*. A Moral na reflexão teológica da América Latina, Ed. Santuário, Alfonsianum, 1988.

Para melhor delinear essas tentativas teológicas, convém, antes de mais nada, ter presentes alguns traços dessa realidade teologicamente provocadora. Dessa forma podemos compreender melhor certas tônicas que caracterizam a vertente teológica Latino-americana. Finalmente, tendo presente um processo de quase 30 anos, já podemos assinalar alguns marcos por onde passam as conquistas.

a) Uma realidade evangelicamente “pro-vocadora”

Sabidamente, no despertar de algumas vocações de maior vulto encontram-se fatos ou situações provocadoras. Nessa linha se colocam as vocações de Moisés, de vários profetas e de grandes santos.

Muitas vezes a “pró-vocação”, paradoxalmente, brota de uma situação de pecado. E parece ser justamente uma tal situação que se encontra no despertar de uma nova consciência, pela qual os cristãos percebem uma contradição dolorosa: países, desde o início, profundamente marcados pelo cristianismo estão entre os que apresentam as mais gritantes situações de injustiça. E, como bem observa o Documento de Puebla, isso não é algo de casual ou passageiro: é estrutural e remete para uma situação de pecado.⁴⁰

Não vem ao caso descrever de novo aquilo que já foi muitas vezes descrito, e que todos têm muito presente: fome, miséria, analfabetismo, condições desumanas de vida etc. O que importa é perceber que, não sendo fruto do acaso e se caracterizando como situação de pecado, essa realidade impõe um imperativo ético aos cristãos: é preciso superar a situação, ajudando a remover as causas. É certo que a tarefa da Teologia não consiste em mudar uma situação. Ela se coloca em outro nível. E, contudo,

⁴⁰ Cf. *Doc. de Puebla*, n. 28-30.

pelo impacto que apresenta tanto em nível das pessoas, quanto da sociedade, não pode pretender ser neutra, ou colaborar para a superação ou para a perpetuação desse estado de coisas. Cabe à Teologia ajudar a discernir os imperativos evangélicos que brotam de um determinado contexto, bem como os caminhos que podem levar a uma libertação no sentido pleno da palavra.

É a partir dessa consciência que, pouco a pouco, vão surgindo algumas linhas mestras da Teologia da Libertação.⁴¹ Apesar dos reparos críticos que sofreu, convém recordar aqui a carta do Papa João Paulo II aos Bispos do Brasil em 9 de abril de 1986. Nesta ele traça o roteiro dentro da qual a Teologia da Libertação pode e deve encontrar acolhida: "... Estamos convencidos, nós e os Senhores, de que a Teologia da Libertação é não só oportuna mas útil e necessária. Ela deve constituir uma nova etapa..." Isso desde que esteja em conexão estreita com a Grande Tradição e o Magistério da Igreja.

b) Uma questão de tônicas

Como ocorreu com a Moral Renovada, assim também ocorre com a Teologia Moral no contexto latino-americano. Ela apresenta uma primeira fase mais crítica seja em relação à Teologia dos Manuais, seja em relação à Teologia Renovada. Mas apresenta igualmente uma fase mais construtiva, na qual traça linhas de força de seu repensamento.

Hoje, a Teologia Moral de cunho latino-americano, encontra-se a caminho de uma síntese, pela qual integra vários elementos valiosos dos demais enfoques teológicos. Por isso parece-nos tratar-se realmente de uma questão de tônicas, onde a novidade não se traduz pela negação das conquistas anteriores, mas por um aprofundamento e um alargamento de perspectivas.

⁴¹ Cf. REJON, M. F., *Moral a partir dos pobres*, op. cit., 195s; MOSER, A. — LEERS, B., *Teologia Moral*, op. cit., 72s.

Ademais, é preciso ter muito claro que, ao contrário do que se passa nos campos bíblico, histórico e sistemático, a Moral de cunho latino-americano não se encontra totalmente elaborada. São antes percepções e acenos para que direção se deverá andar.⁴² Mas, assim mesmo, podem-se notar alguns acentos que ela apresenta em comum com os demais campos da Teologia: a iluminação bíblica; a opção evangélica pelos pobres; o confronto fé-realidade; a relação circular entre teoria e práxis; o social como chave de leitura para melhor entender os problemas, inclusive de caráter pessoal; a presença inegável da conflitividade que perpassa as relações humanas; os empobrecidos como novo sujeito social.⁴³

Contudo, ao mesmo tempo, as buscas no campo Moral privilegiam algumas coordenadas, presentes na Moral Renovada, mas agora mais explicitadas e enriquecidas: uma Moral inspirada na Aliança como proposta ao mesmo tempo religiosa e político-social; uma Moral do seguimento de Cristo diante de certas urgências características do nosso contexto.

Esse enfoque moral busca também integrar todos os grandes referenciais, além dos já aludidos, estão evidentemente a consciência, o Magistério, os sinais dos tempos, o *humanum*, os condicionamentos estruturais e situacionais. Ao mesmo tempo que coloca esses referenciais sob uma nova perspectiva, procura conjugá-los todos ao mesmo tempo.

c) Por onde passam as conquistas

Talvez seja ainda cedo para se falar em conquistas definitivas, pois o processo é ainda relativamente recente e inacabado. Contudo, nessa altura já se pode perceber com alguma clareza por onde passam as conquistas, ao menos provisórias.

⁴² ID., *ibid*; MOSER, A. — LEERS, B., *Teologia Moral...*, *op. cit.*, 83s.

⁴³ C. LIBANIO, J. B., *As grandes rupturas socioestruturais e eclesiais*, Vozes/CRB, Petrópolis, 1980, 73.

– Elas passam, antes de tudo, por uma dupla preocupação: a *atenção aos apelos que brotam de uma realidade nova e diferente*, e, ao mesmo tempo, a *valorização do patrimônio adquirido*, seja ao longo dos séculos, seja em tempos mais recentes. A atenção aos apelos que brotam da realidade leva a Teologia Moral a não transpor pura e simplesmente o que vem elaborando em outros contextos. A preocupação em manter o patrimônio adquirido a obriga a um discernimento contínuo entre o novo e o antigo, entre o que é universal e o que é particular, entre o que remete para o “esse” e que remete para o “*fieri*”.

É certo que na elaboração dos vários tratados esse equilíbrio pode nem sempre estar presente. Mas, em que pesem os exageros possíveis, esses não podem se constituir em razão válida para suspender as buscas. Se as buscas comportam naturalmente certos riscos, também a demasiada insistência sobre “aquilo que sempre se disse” pode nem sempre ser o caminho mais evangélico.

A fidelidade, como já foi assinalado acima, deve ser criativa, e não meramente repetitiva. Seguindo o Cristo, o Evangelho é inovador e audacioso. Por isso mesmo, é difícil imaginar uma verdadeira Teologia que não seja audaciosa. É isso que verificamos ao longo da história: os momentos fortes da Teologia Moral, particularmente a da Patrística e da Alta Escolástica, se caracterizaram pela coragem de abrir novos caminhos na fidelidade ao Evangelho. E, ao contrário, os momentos mais fracos da Teologia Moral foram justamente os que não manifestaram audácia, ou então não souberam conjugá-la com a busca da fidelidade ao patrimônio cristão.

Uma segunda coordenada, por onde passam as conquistas, decorre da primeira: a *indispensável humildade do mister teológico*. A boa Teologia sempre teve consciência dos seus limites.

Ela é um discurso a partir da fé, mas não se confunde com a própria fé. A boa Teologia sempre considerou seu discurso como um balbuciar *a partir de, e sobre* algo que a ultrapassa. Essa consciência ministerial se torna tanto mais necessária, quanto ficam patentes a gravidade e a complexidade dos problemas que a Teologia deve abordar num contexto como o nosso. Ler à luz da fé uma realidade profundamente ambivalente e conflitiva, em meio a mudanças rápidas e profundas, não é tarefa fácil. Só a humildade abre o caminho da *Sabedoria*, que pode ser um sinônimo de Teologia.

CAPÍTULO III

PERENIDADE E EVOLUÇÃO DAS NORMAS MORAIS

A Teologia Moral é uma ciência normativa. Ela não pretende apenas emitir pareceres, mais ou menos abalizados, mas oferece linhas de conduta, que buscam seu último fundamento no Evangelho. Com isso, tudo parece muito tranquilo e fácil: a Moral apresenta seus princípios, e todos estão sujeitos a eles. Acontece que o acesso aos valores evangélicos nem sempre é direto. Ademais, vai uma distância entre normas e situações concretas. Daqui surge uma interrogação primeira sobre princípios morais e situações concretas: preocupação antiga, sempre retomada, e que deverá ser confrontada com a Palavra de Deus.

Teoricamente também, as normas morais deveriam traduzir fielmente o *ethos*. Sem dúvida, traduzem *algo* do *ethos*; mas a pergunta é se elas são capazes de traduzir o *ethos* em sua profundidade total. Ainda mais, que nem todas as normas apresentam o mesmo peso teológico. Pretender identificá-las todas entre si seria, talvez, absolutizar o que é relativo. É por isso mesmo que as normas devem ser continuamente repensadas.

Finalmente, a questão das normas nos coloca em confronto com os Planos divinos. Esses, certamente são absolutos. Mas, como o conhecimento humano é sempre precário, e Deus é um *Deus absconditus*, que se vela e revela, impõe-se uma tomada de consciência dos limites da própria Teologia. Mesmo que trate a *partir de* e *sobre* coisas divinas, ela é uma ciência humana, com tudo o que isso significa.

1. Princípios morais e situações concretas

Com muita razão os Manuais de Moral tinham como equivalentes as expressões “Moral Fundamental” e “Princípios de Moral” (*De Principiis*). Isso revela a força dos “princípios” dentro da Moral. E mesmo que nas evoluções mais recentes, para evitar certas ambiguidades, essa terminologia seja evitada, isso não significa que os princípios morais não sejam pressupostos. A questão central dos “princípios” consiste nisso: como conciliar princípios considerados como seguros, com uma realidade por vezes confusa, e sempre cambiante. Eis uma antiga questão, retomada inclusive mais recentemente, e que remete para uma prática já presente na Sagrada Escritura.

1.1 Uma preocupação antiga

Apesar de serem muitas vezes criticados por sua rigidez, mesmo os Manuais mais antigos tinham presente a questão de como conciliar ideal e realidade. Nesse sentido, foi desenvolvida toda uma verdadeira arte, denominada de *epiqueia*⁴⁴. O fato de ela vir muitas vezes traduzida por *moderação*, bem mostra sua consciência de que os princípios pressupõem a *misericórdia*: “*Justitia dulcore misericordiae temperata*”, diria São Cipriano.

Mas a *epiqueia* vai além da “moderação” aplicada pelo Juiz, seja civil, seja eclesiástico. Ela pressupõe que o *próprio* sujeito possa interpretar de maneira mais benigna a lei, quando lhe parece que uma norma positiva não contemple seu caso particular, ou que o esteja obrigando além de suas forças.

Entretanto, o princípio da *epiqueia* vai ainda mais longe: na tripla de São Tomás, desde há muito ela não abrange apenas o campo jurídico, mas se projeta no campo moral. Aqui ela se confunde, até

⁴⁴ Cf. HAMEL, E., “Epicheia”, in *Diz Enc. di Teologia Morale*, 357-364.

certo ponto, com o discernimento do espírito, tão presente na vida dos santos. Nesse sentido a epiqueia pode mesmo ser considerada como uma *virtude*, uma *sabedoria*, no sentido teológico do termo.

Muito aprofundada na Escolástica, presente nos Manuais Neoescolásticos, a epiqueia sempre se constituiu na manifestação da virtude da *prudência*, que por um lado evita a rigorismo exagerado, e por outro, o laxismo. Ela traduz aquela intuição profunda de que justamente para salvar um ideal, é preciso não perder de vista as situações concretas.

Em termos de Brasil há algo que lembra a epiqueia: é o “jeitinho brasileiro”, traduzido em termos de Moral. É certo que por trás do “jeitinho” se esconde, por vezes, uma acomodação, nem sempre conciliável com o Evangelho. Mas também é verdade que, no fundo, encontramos aqui uma expressão do *bom senso*, de quem não vê como, concretamente e numa situação determinada, abraçar o ideal em sua plenitude.⁴⁵

1.2 Retomada mais recente

Uma das questões que mais agitaram a Teologia Moral anterior ao Concílio Vaticano II foi a da *Moral de situação*. Isso é tão verdadeiro que, ainda hoje, essa expressão é vista com reservas em certos ambientes. E existem razões para isso, já que esse movimento dos anos 40 constituiu-se, por parte de alguns teólogos, sobretudo de tendência protestante, numa ameaça para a validade das normas morais.⁴⁶

Foi nessa pressuposição que, em 1952, numa radiomenagem, o então Papa Pio XII alertava contra “os perigos de uma nova Moral, que ameaça o ensino tradicional da Igreja”.

⁴⁵ LEERS, B., *Jeito brasileiro e norma absoluta*, Vozes, Petrópolis, 1982.

⁴⁶ C. DUFRE, Situation Ethics and objective morality, *Theological Studies* 28 (1967), 245-257; FUCHS, J., *Morale Theologique et Morale de situation*, *NRTH* 76 (1954), 789-318.

Em 1956, o então “Santo Ofício” publicou um documento que se intitulava “Sobre a Ética de situação”.⁴⁷ Segundo esses documentos, a Ética de situação negava a existência de princípios morais de caráter absoluto; exaltava demasiadamente a consciência individual como critério de moralidade; exagerava na importância dos apelos que Deus dirige a cada um, em cada momento e em cada circunstância histórica. Ainda, segundo esses pronunciamentos, as decorrências seriam a justificação do divórcio, do aborto, da masturbação...

Apesar dos exageros aqui e ali verificados, com certeza esse movimento teve seu mérito: o de levantar uma questão tão antiga, quanto profunda, dos condicionamentos históricos, tanto em nível das pessoas, quanto em nível da própria formulação das normas morais. Uma *Moral de situação* certamente leva ao relativismo; mas uma *Moral em situação* poderia ser entendida como uma primeira tomada de consciência do que hoje se denomina de *lugar social*.

É tendo em vista isso que, numa fase posterior, se passou a falar de uma compreensão *deontológica* e uma compreensão *teleológica* das normas morais.⁴⁸ As primeiras indicam aquilo que é nitidamente constitutivo do humano. As outras traduzem mais uma direção a ser buscada. No fundo se trataria sempre de buscar *o melhor possível*, mas com realismo.

Ademais, hoje, à distância, se pode perceber melhor que nem sempre a preocupação era de “derrubada”, embora isso possa ter, ocasionalmente, existido. Para vários teólogos, a preocupação era dupla: por um lado resgatar a *maleabilidade fiel* em situações muito difíceis (período terminal da segunda grande guerra), e por outro,

⁴⁷ Cf. *REB*, 1952, 431 e 565; 1956, 467s; SNOEK, J., Em torno da Ética de situação, *REB* 1957, 341-350.

⁴⁸ Cf. SNOEK, J., Nota sobre alguns princípios de Moral, *REB* 1973, 649-655.

mostrar que até as normas e princípios podem ser minimalistas. Na base de uma das parábolas mais ilustrativas para a Moral, a dos talentos (*a quem muito dado muito é exigido*), existia a preocupação de fugir do minimalismo, tão em voga. É nesse contexto que se toma maior consciência do influxo que vários fatores podem ter sobre o agir humano, seja ele considerado na sua individualidade, seja em sentido comunitário-social. Aqui se preparou o campo para o que, posteriormente, veio denominar-se de *historicidade*. Essa, como já vimos, tanto ressalta o “esse”, quanto o “fieri”, tanto ressalta os princípios, quanto as situações e condicionamentos.

1.3 Ideal e realidade à luz da Palavra de Deus

A conciliação entre ideal e realidade é um dos desafios perenes da Teologia Moral. Por isso mesmo, depois de haver-mos acenado para a história antiga e mais recente, convém agora buscar, uma vez mais, a luz da Palavra de Deus.

Sabidamente a Palavra de Deus, tanto no Antigo, quanto no Novo Testamento, sempre aponta para o alto. Ela busca desvelar o *ethos* humano em toda a sua profundidade, e com isso aponta continuamente para Deus e seus planos grandiosos.

Contudo, ver a Palavra de Deus apenas sob o ângulo do ideal, seria considerar meia-verdade. Com efeito, ao lado do ideal sempre se faz presente o senso do real. Isso, a tal ponto, que se pode considerar a Sagrada Escritura como a verdadeira fonte da *epiqueia*. Existem episódios isolados para comprovar isso. Assim, no Antigo Testamento, Davi, no episódio em que ele e seus companheiros se alimentam com os pães da proposição (1Rs 21,27) a Matatias, que convoca seus soldados a enfrentarem os inimigos mesmo em dia de sábado, são exemplos claros dessa compreensão mais profunda do sentido da Lei.⁴⁹ O mesmo se

⁴⁹ Cf. GALLI, A., *La legge morale, SacroDo*, 1985, 397-428.

pode avançar na direção do Cristo, sobretudo quando declara que “o sábado foi feito para o homem e não o homem para o sábado” (Mc 2,27).

Contudo, bem mais importante do que colecionar episódios ocasionais, é saber haurir o Espírito que sustenta a Palavra de Deus no seu todo. Bem diz São Paulo que a letra mata, mas é o espírito que vivifica.

Nesse sentido, existe uma leitura estreita das *Dez Palavras* e que lhe rouba todo o sabor, e, conseqüentemente, seu sabor ético. Essa consiste em isolar as *Dez Palavras* do seu contexto global da Aliança. Mas existe também outra leitura mais apropriada que consiste exatamente em entender as *Dez Palavras* como expressão da Aliança,⁵⁰ proposta amorosa de Deus para transformar Israel em Povo *de Deus*, destinado a ser sinal de uma nova humanidade. E a Aliança que projeta um futuro grandioso para o Povo de Deus, mas que ao mesmo tempo o abraça em toda a sua fraqueza manifestada durante toda sua história.

Da mesma forma, existe um modo de transformar o Cristo numa espécie de rabino e juiz implacável diante da menor fraqueza humana. Entretanto, não parece ser esse o Cristo dos Evangelhos, quando vistos no seu todo. Pelo contrário, ele ali se apresenta como aquele que continuamente desautoriza a rigidez rabínica, para abrir outra perspectiva de vida. Ao mesmo tempo que aponta um ideal humanamente inatingível – *sede perfeitos como o Pai celeste é perfeito* – mostra conhecer de que barro os seres humanos são feitos. Daí a misericórdia que transparece em cada passo do Evangelho, sobretudo para com os fracos e pecadores. Revestido de uma pedagogia divina, Cristo traduz a Sabedoria do Pai: sabe que só há um modo de

⁵⁰ Cf. BEAUCAMP, E. *Les Brands thèmes de l'Alliance*, Ed. Du Cerf, Paris 1988, 218s.

levar os seres humanos a chegarem mais próximos do ideal: é abrir-lhes o fascinante horizonte do Reino, à luz do qual todo peso se torna leve e impossível aos olhos humanos se transforma em possibilidade real aos olhos de Deus. É com essa pedagogia que ele é capaz de transformar grandes pecadores em grandes santos, e homens temerosos em destemidos anunciadores das maravilhas que só Deus pode operar.

2. Normas morais e *ethos*

Ethos e normas são duas palavras, a primeira vista, quase idênticas. As normas morais seriam a tradução fiel do *ethos*. E no entanto, essa identificação pode revelar-se muito simplista. Se é certo que as normas traduzem *algo* do *ethos*, não é tão certo que possam confundir-se com ele.

Ademais, existem vários tipos de normas. Pretender colocá-las todas num mesmo nível pode parecer zelo, mas na realidade, também aqui a padronização se revela empobrecedora: em vez de revigorar as normas, a padronização mais certamente irá esvaziá-las do seu vigor ético nativo.

Por mais surpreendente que isso possa parecer, as duas afirmações feitas acima, abrem caminho para algumas perguntas de vital importância: será que as normas morais, para prestarem um serviço ao *ethos* não deveriam encarnar também o “*feri*” e não somente o “*esse*”? Que tipos de normas permanecem e que tipos de normas evoluem e devem evoluir?

2.1 As normas traduzem algo do *ethos*

Uma compreensão simplificada da Teologia dos Manuais confunde as normas morais com o próprio *ethos*. E ainda mais, tal compreensão apresenta uma contraposição entre norma e consciência.

As normas seriam *objetiva* e a consciência *subjetiva*.⁵¹ Essas simplificações nos obrigam a retomarmos o assunto.

Sem dúvida, as normas morais se constituem num empenho por desvelar o *ethos* cristão. Elas não são estabelecidas arbitrariamente. Normalmente traduzem uma experiência cristã vivida no seio da Igreja. Por isso mesmo as normas morais devem ser assumidas com seriedade. Mas a própria seriedade nos obriga a ter presente que as normas morais remetem para um determinado contexto, para um determinado sujeito. Daí o não se poder sustentar teologicamente, sem mais, que as normas são objetivas. Elas sempre passam através de um sujeito.

Com as normas ocorre algo de parecido com a que acontece numa tradução de uma língua para outra. Existe sempre um código-fonte e um código destino. Só é bom tradutor quem domina simultaneamente os dois códigos. Em se tratando de normas é preciso ter claro que elas remetem para a profundidade do humano. E, se aqui está sua força, aqui também se esconde sua fraqueza. Nenhum ser humano domina totalmente os dois códigos subjacentes às normas morais. Melhor dito, em se tratando de normas morais, só Jesus Cristo é o Mestre, uma vez que só ele a capaz de mergulhar na profundidade do *ethos* e só ele encarna com perfeição os dois códigos pressupostos: o divino e o humano. Os demais intérpretes podem ser mais, ou então menos fiéis, na exata medida em que se identificam mais ou então menos profundamente com o Cristo.

É por tudo isso que devemos concluir que as normas morais traduzem *algo* de *ethos*, mas não podem ser confundidas com ele: o *ethos* é uma fonte, as normas são tentativas humanas de captar as águas sempre borbulhantes dessa fonte que se renova sem cessar.

⁵¹ Cf. VIDAL, M., *Caminhos para a Ética cristã*, Ed. Santuário, 1989, 61s.

2.2 Os vários tipos de normas

Sob a denominação genérica de “normas” se escondem realidades muito diferentes.⁵² Não existe um único tipo de norma, mas vários tipos diferentes, com pesos diferentes. Há normas que são evangélicas; há normas estritamente morais; há normas eclesiais; normas canônicas; normas civis; normas pastorais; normas disciplinares. Todas elas são importantes, mas nem todas têm a mesma importância.

As *normas evangélicas* remetem diretamente ao Evangelho. Algumas são absolutamente transparentes. Encontram-se acima de qualquer discussão. Acontece, porém, que nem todas as normas evangélicas são tão transparentes que dispensam uma hermenêutica. É pacífico que os próprios Evangelhos já passaram por um processo hermenêutico, efetuado pelos próprios apóstolos e evangelistas. A polêmica que conduziu ao Concílio de Jerusalém bem mostra isso. Ademais, nada há de surpreendente nessa hermenêutica original, nem nas posteriores, efetuadas pelos Santos Padres e pelo Magistério da Igreja. Isso corresponde perfeitamente à pedagogia divina, confirmada pelo Cristo. Ele preferiu não escrever *o Seu Livro*. Deixou que outros o fizessem. A grandeza dos seus seguidores consiste exatamente em *buscar a Verdade* entre luzes e sombras.

As *normas estritamente morais*, por sua vez, pressupostamente são vinculantes, por remeterem mais diretamente ao *ethos*, e no caso, ao *ethos cristão*. Contudo, aqui o processo hermenêutico é ainda maior. As normas não podem ser confundidas, sem mais, com os *valores*. Esses é que são, normativos, particularmente em se tratando de valores evangélicos. Mesmo as normas morais vêm revestidas de uma roupagem linguística, incapaz de surpreender o *ethos* na sua originalidade

⁵² Cf. AZPITARTE, E. L, Fundamentação da ética cristã, in *Práxis Cristã* op. cit., 127s. e 307s.

última. Em outros termos, a formulação das normas morais é mediatizada por categorias humanas.

As *normas eclesíásticas* podem remeter diretamente para o Evangelho ou diretamente para as normas estritamente morais. Mas, com a própria palavra *eclesíastica* sugere, isso nem sempre acontece. O Magistério da Igreja, tanto no seu sentido amplo quanto estrito, pode apresentar outras normas, ou que explicitem aspectos evangélicos e morais, ou que são consideradas necessárias para a vida em Igreja.

Na mesma linha teríamos as *normas canônicas*. Podem apresentar maior ou menor densidade normativa, à medida que estiverem mais, ou então menos, vinculadas à Moral e ao Evangelho. O fato de dispormos de um *novo Direito Canônico* é, por si só, significativo: pressupostamente o antigo foi “superado” pelas novas necessidades da Igreja.

Existem ainda *normas civis* que, por vezes, podem ou estar distanciadas ou até em contradição com o Evangelho e as normas estritamente morais. Mas, também podem traduzir valores, que correspondem ao *ethos* de um povo, e, portanto, são moralmente vinculantes.

Finalmente, existem normas *disciplinares*. A rigor, essas normas não querem criar novas obrigações. Como a Palavra sugere, querem “disciplinar” a vida cristã para favorecer a identidade profunda com o Evangelho.

As considerações feitas acima não pretendem esvaziar as normas. Muito pelo contrário, querem preservá-las. É exatamente quando não se têm presentes essas distinções que se corre o risco de esvaziá-las. Melhor preserva a autoridade quem sabe resguardá-la para aquilo que realmente é importante.

2.3 Por que as normas devem evoluir

Esse último item já se encontra implícito nos anteriores. Agora é só uma questão de explicitar o que está pressuposto.

Uma das falhas da Moral dos Manuais, falha compreensível no seu contexto histórico, consistia, justamente em “sacralizar” as normas e a própria Moral. Daí seu desgaste previsível num contexto mais crítico. Algumas normas poderiam hoje parecer desatualizadas, e até insignificantes, mesmo para pessoas profundamente respeitosas e comprometidas com a Igreja. Basta lembrar o rigor de certas normas litúrgicas secundárias, mas às quais se atribuía um peso exagerado. O mesmo se poderia dizer do rigor com o qual seurgia o jejum eucarístico, e tantos outros aspectos da vida cristã.

As mudanças das condições históricas e eclesiais, certamente não abalam nem as normas evangélicas, nem as normas estritamente morais. No máximo elas podem fazer emergir aspectos novos ou imprimir uma tonalidade diferente. Contudo, essas mesmas mudanças vão ter um impacto previsível sobre as demais normas.

O fato acima assinalado de que o *ethos*; mormente cristão reveste-se de uma tal profundidade que nenhuma palavra humana a capaz de expressá-lo de uma vez por todas, nos fazem pressupor que a formulação das normas, mesmo morais, é passível de uma evolução. E, certamente, as demais normas, eclesiásticas, canônicas, civis e disciplinares, não só podem, como devem evoluir. Evidentemente que a força dessas mudanças não deverá ser ditada nem pelo modismo, nem pelo comodismo, mas pela busca de uma fidelidade sempre maior ao *ethos*. Pretender revestir de perenidade e de caráter absoluto o que remete a um contexto histórico e, portanto, relativo (se relaciona com) é uma pretensão que não responde grandeza dos planos divinos.

3. Grandezas dos planos de Deus e limitações humanas

Toda a Sagrada Escritura traduz os múltiplos modos pelos quais Deus se revela. Sua revelação máxima se dá, evidentemente em Jesus Cristo. O livro da Sabedoria denomina de estultos os que não, chegam a conhecer Deus. Tudo isso é verdadeiro. Mas a mesma Sagrada Escritura tematiza igualmente a dificuldade real que os seres humanos encontram em conhecer Deus e seus planos. Por isso, usa também frequentemente a palavra “insondável”, querendo dizer com isso que o mesmo Deus que se revela é também um Deus que não se deixa prender totalmente pelo conhecimento humano.

Com isso já temos enunciados os elementos básicos do que deverá fechar essas reflexões sobre a Teologia Moral em meio às evoluções históricas: o conhecimento humano, por maior que seja, é sempre precário; Deus é um Deus que se vela e se revela. Por isso a Teologia também apresenta limites. E é na consciência desses limites que ela pode exercer adequadamente sua tarefa insubstituível.

3.1 A precariedade do conhecimento humano

Nunca, como em nossos dias, a humanidade conseguiu acumular tanto saber e atingir tanta profundidade no seu conhecimento. Os avanços científicos podem ser verificados em todas as áreas: genética, biologia, psicologia, economia, sociologia, politologia. Sob as expressões “ciências humanas” e “ciências do social” esconde-se um mundo de saberes nunca antes imaginado.⁵³ Ademais, a construção de aparelhos adequados amplia ainda mais a área do saber.

⁵³ Cf. MOSER, A., Ciências do Social e Teologia Moral, in *Articulação da Teologia Moral na América Latina*, coord. Márcio F. dos Alfonsianum, Ed. Santuário 1988, 37s.

Assim, uma pessoa munida de um computador tem acesso a um mundo de dados que sem isso lhe escapariam. Com o computador uma pessoa inteligente se torna milhares de vezes mais inteligente. Ela “sabe” mesmo aquilo que normalmente não saberia. Tudo isso acarreta inúmeras *certezas* impensáveis em outros tempos.

Mas as ciências não só se multiplicaram e aprofundaram seus conhecimentos: acopladas a tecnologia, elas transformam o saber em poder. O domínio sempre mais acentuado sobre o micro e os macrocosmos é sempre precedido e acompanhado pelo conhecimento científico. Ciência e tecnologia andam sempre juntas devassando e transformando toda a realidade. Juntas parecem trazer para o hoje o que foi sugerido no ontem: “Vós sereis como deuses”.

É exatamente por este ângulo que se entendem as reservas muitas vezes feitas ao uso das ciências humanas e do social. São conhecidas tomadas de posição, por parte do Magistério, alertando para o necessário discernimento no uso delas por parte da Teologia.⁵⁴ O uso adequado impõe um verdadeiro *corte epistemológico*, para não se transpor, pura e simplesmente, teses de caráter científico para o campo da Teologia. Não se deve pedir das ciências mais do que elas podem oferecer.⁵⁵

Ademais, existem ciências que, quando acopladas à tecnologia começam a fazer experiências inaceitáveis para quem se coloca numa perspectiva de fé. É o caso da biogenética, naquilo que diz respeito à reprodução humana em laboratório. Admitir

⁵⁴ Cf. Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”, Vozes, Petrópolis, 1984, 10; *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*, Vozes, Petrópolis, 1986, n. 36; PAPA JOAO PAULO II, Discurso aos homens de ciência e aos estudantes, *SEDOC*, março 1981, 781s.

⁵⁵ Cf LADRIERE, J. Courants d’antiscience, *causes et significations*, in *Science et antiscience*, Col. Recherches et Débats, Centurion, Paris 1981, 31.

isso seria negar um postulado teológico básico, que é a vinculação indissociável do amor matrimonial e a procriação.⁵⁶

Mas há um outro aspecto a ser considerado. Apesar de todas as conquistas, ou talvez justamente por causa delas, se produz aqui uma dupla atitude: uma de arrogância e outra de humildade. Normalmente, quem tem acesso apenas superficial aos dados das ciências, vai absolutizar rapidamente suas conclusões, mesmo provisórias. É o fascínio do saber, que se transforma em poder. É a ditadura das ciências, que transformadas em ideologia, ultrapassam seus limites, para impor comportamentos.

Ao contrário, o verdadeiro cientista, que mergulha a fundo, se dá conta de que quanto mais sabe, mais lhe resta para descobrir. Não só o cientista verdadeiro tende a se restringir sempre mais à sua especialidade, como mesmo dentro dela percebe seus limites; tem muito presente que existem mais perguntas do que respostas e que cada resposta levanta novas perguntas.

A dinâmica do saber realmente científico é guiada pelo princípio da *cientificidade*, segundo o qual os dados das ciências são válidos enquanto não se chegar a outra conclusão. Em outros termos: a verdadeira ciência nunca se fecha sobre si própria, mas ela está sempre aberta a novas buscas e a novas conclusões.⁵⁷ Por isso mesmo, o verdadeiramente sábio nunca está longe do infinito e do próprio Deus. Ele sabe que nada sabe, diante do muito que lhe resta a saber. Sabe que o saber humano apresenta limites que, por mais deslocados que sejam, nunca chegarão ao fim, pois o fim seria o começo de uma nova

⁵⁶ Cf. *Humanae Vitae*, n. 12; *Sobre o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação*. Vozes, Petrópolis 1987, sobretudo n. 5.

⁵⁷ Cf. MOSER, A., Teologia Moral e ciências humanas. Amigos e novos *REB*, 985, 232s.

aventura: um mergulho naquilo que transcende o humano e que se projeta no divino.

3.2 Um Deus que se vela e “re-vela”

Significativamente o Deus de Israel, que sempre de novo manifesta sua presença atuante, é um Deus que esconde seu nome. Dar um nome, de alguma forma traduz um domínio. E Deus não se deixa dominar pelos seres humanos. Ele é aquele que é. O ser humano dá nome aos animais e às plantas; Deus dá nome aos seres humanos; mas esses nunca deverão dar nome a Deus. E que seu nome é sua natureza profunda e essa é desvelada aos poucos.

Significativamente, ainda, não são poucos os episódios nos quais se afirma que “ninguém jamais viu o rosto de Deus”. E até se diz que quem visse o rosto de Deus morreria. O episódio do “véu” de Moisés é apenas um dos mais marcantes, mas não o único.

O próprio Cristo, imagem perfeita do Pai, manifesta Seu rosto através de lampejos que se alternam com momentos de uma certa obscuridade. O “segredo messiânico”, traduzido pelo imperativo “não digam nada a ninguém”, revela a mesma pedagogia divina: Deus prefere manifestar-se aos poucos, muito mais pela “brisa leve” da tarde do que entre raios e trovões.

Mesmo ressuscitado, Cristo aparece e desaparece querendo com isso deixar claro que o conhecimento que nos é oferecido é sempre mediatizado e *se apoia sobre a fé*, mesmo os que o enxergam com os olhos não tem percepção automática da sua divindade. Parece que a grandeza de Deus corresponde ao esconder-se e esconder seus planos; enquanto à grandeza do ser humano corresponde o empenho em buscar Deus e buscar

o entendimento de seus planos, através de um esforço contínuo, guiado pela fé.

O conhecimento de Deus, mesmo depois de Jesus Cristo, é mediatizado. Uma das mediações privilegiadas para o conhecimento de Deus encontra-se *na prática cristã*, seja ela revestida da dimensão estritamente sacramental, seja revestida da dimensão cotidiana. Para os seguidores de Cristo, toda realidade humana apresenta vestígios de Deus e esses vestígios são tanto mais nítidos quanto mais captados por seguidores capazes de se identificar com a prática do Mestre.

Só por esses acenos já se percebe que a Revelação de Deus e de seus planos não costuma cair de modo inapelável sobre os seres humanos, de tal forma que esses não possam não ver e não conhecer. Por parte de Deus, a possibilidade de vê-lo e conhecê-lo está sempre presente, mas depende das condições criadas pelos seres humanos. Deus é como uma grande central de energia, sempre disponível. Mas para que a luz brilhe e os aparelhos funcionem, se pressupõem bons condutores, boas tomadas e boas chaves. Se essas não existirem, não poderá haver luz e calor. É por isso que para os grandes místicos Deus e seus planos são uma evidência, mas não para o comum dos mortais, carregados que são de *resistências* dos mais diversos tipos. É que os místicos *intuem* o que os outros no máximo *deduzem*.

3.3 Os limites da Teologia

A Teologia é uma espécie de síntese entre mística e razão. Tanto assim que, nos seus primórdios, a Teologia era considerada mais uma “sabedoria” haurida do Evangelho do que uma ciência, no sentido técnico do termo. Melhor, era considerada uma ciência sagrada, à qual só tinha acesso os iniciados.

A Escolástica é que vai abrir um maior espaço para a razão, vendo na racionalidade humana algo da razão divina. Hoje, na vertente latino-americana, se conjuga ainda mais um elemento evangélico: sabedoria de vida que, iluminada pela razão deve conduzir a uma prática transformadora da realidade, visando a concreção histórica dos planos divinos.

O filão bíblico, do *Deus Absconditus* faz-se sempre presente nos momentos altos da Teologia. Ao mesmo tempo que essa afirma a possibilidade de um conhecimento real de Deus, ela acentua a transcendência do mesmo, também na linha do conhecimento. Ao contrário, os momentos baixos da Teologia se caracterizam por uma prepotência teológica. Certamente a Teologia é uma ciência, no sentido próprio do termo; contudo, não faz parte das ciências chamadas exatas, e sim das ciências denominadas humanas. Em outros termos, as certezas as quais a Teologia pode chegar não procedem propriamente da capacidade humana, mas da sintonia com o Evangelho.⁵⁸

O que é válido para o todo da Teologia o é, *a fortiori* para a Teologia Moral. O conhecimento da *vontade de Deus* vem afirmado com maior ou menor segurança na exata medida em que estamos diante de uma Teologia mais ou então menos profunda. Nenhum gênio da Teologia deixou de perceber as dificuldades concretas de discernir a vontade de Deus, e muito mais de transformá-la em prática.

Essas reservas não apontam para o agnosticismo, que nega qualquer conhecimento mais significativo de Deus. Elas apontam antes para o *Mistério* de um Deus que vai se revelando aos poucos e que jamais se deixa aprisionar pelo conhecimento humano. Ele sempre é maior do que tudo aquilo que se

⁵⁸ Cf. GUTIERREZ G., Teologia e ciências sociais, *REB* 1984, 744-795.

pode afirmar dele. Ele é como o sol que ilumina nossos passos: jamais pode ser atingido diretamente; mas ele “não está longe de nenhum de nós. É nele que vivemos, nos movemos e existimos...”.